

CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
Curso de Bacharelado em Jornalismo

ROGÉRIO CARLOS BORN

OS DESAFIOS DO JORNALISMO NA COBERTURA NAS ELEIÇÕES

CURITIBA
2023

ROGÉRIO CARLOS BORN

O DESAFIOS DO JORNALISMO NA COBERTURA NAS ELEIÇÕES

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Jornalismo ao Centro Universitário
Internacional (Uninter).

Orientador: Prof.Me. Matias Sebastião
Peruyera.

CURITIBA

2023



Curso de Bacharelado em Jornalismo

Ata de Banca de Avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso

Aos dezesesseis dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três realizou-se a banca de avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso do/a estudante **Rogério Carlos Born**, portador do Registro Uninter 1079606 do curso de Bacharelado em Jornalismo do Centro Universitário Internacional Uninter. Na ocasião, o trabalho desenvolvido na fase de defesa, na modalidade monografia, sob o título **Os desafios do Jornalismo na cobertura nas eleições** e orientação do professor Me. Matias Peruyera, foi apreciado pelos seguintes membros da banca avaliadora:

Examinador 1: Me. Mauri König

Examinador 2: Dr. Doacir Gonçalves de Quadros

Após a conferência do trabalho e considerando a média das notas atribuídas pelos professores examinadores nas fichas de avaliação, atribuiu-se a seguinte nota: **10,0**

Sendo assim, considerou-se o estudante **aprovado**

Assinam os seguintes participantes:

Orientador/a: 

Examinador/a 1: 

Examinador/a 2:  Documento assinado digitalmente
DOACIR GONCALVES DE QUADROS
Data: 04/08/2023 15:42:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Estudante:  Documento assinado digitalmente
ROGERIO CARLOS BORN
Data: 16/08/2023 18:23:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor mestre Matias Peruyera, pela dedicação e o elevado nível de orientação para o sucesso desse trabalho, bem como os membros da banca, o professor mestre Mauri König e o professor doutor. Doacir Gonçalves de Quadros pela disposição de examinar, julgar e aperfeiçoar essa pesquisa. Estendo ainda, no campo acadêmico, minha gratidão ao coordenador do curso de Jornalismo o professor doutor Guilherme Gonçalves de Carvalho, por me auxiliar nas dificuldades na compatibilização de minha grade com o doutorado que cursava concomitante a essa graduação.

Consigno aqui, também, a meu carinho e gratidão aos meus incentivadores, a jornalistas Luci Ani Pereira Pinto e Rubiane Barros Barbosa Santi Kreuz e a advogada Wilsianne Carneiro Rabelo, além das minhas e dos meus discentes do magistério superior na Uninter e na UniDomBosco.

Dedico este trabalho a Deus, o Grande Arquiteto do Universo
e a minha família.

A missão do jornalista é explicar o mundo, torná-lo menos obscuro, fazer com que as pessoas tenham menos medo e possam olhar para os outros com maior consciência, e com mais confiança. É uma missão difícil. É por isso que encorajo vocês a preservar e cultivar esse sentido de missão que está na origem de sua escolha. Faço-o com três verbos que acredito caracterizarem o bom jornalismo: escutar, aprofundar, contar.

Papa Francisco
Jorge Mário Bergoglio

Vaticano, 13 de novembro de 2021.
(NOGARA, 2021)

RESUMO

Esta pesquisa abordará a cobertura jornalística das campanhas eleitorais, enfocando os desafios enfrentados pelos jornalistas diante da disseminação de desinformação, polarização política e pressões políticas e empresariais. O enfoque será a compreensão da importância do jornalismo político e eleitoral na formação das preferências do eleitorado pela opinião pública. Para tanto, serão analisadas as práticas de verificação de fatos, a confiabilidade das fontes de informações eleitorais e a responsabilidade dos jornalistas na cobertura das eleições. Adicionalmente, serão discutidos os desafios enfrentados pelos profissionais de comunicação e como a cobertura jornalística pode influenciar a percepção do comportamento dos candidatos pelos eleitores. Ao final, serão apresentadas considerações que visam destacar a importância da busca por informações de fontes diversas e da análise independente por parte dos eleitores, a fim de garantir um processo eleitoral mais informado e democrático. O problema é identificar: quais os desafios para os jornalistas da cobertura eleitoral? O objetivo geral será elencar os desafios enfrentados pelos jornalistas durante a cobertura das eleições. Os objetivos específicos são a apresentação de conceitos de jornalismo político e eleitoral; a realização de pesquisas com os jornalistas que atuam na cobertura das eleições e os assessores de comunicação social da Justiça Eleitoral do Paraná e associar os resultados desses levantamentos com os desafios da cobertura das eleições. A justificativa da escolha deste tema é a necessidade de condensar, identificar os desafios da cobertura das eleições segmentando o jornalismo eleitoral do jornalismo político. A metodologia será a pesquisa bibliográfica e a análise de dados levantados em pesquisa com jornalistas e assessores de comunicação da Justiça Eleitoral. A conclusão é que é possível aprimorar a cobertura das eleições superando os desafios da transformação digital, a personalização e a segmentação tecnológica, a colaboração entre veículos de comunicação, o engajamento cívico com o eleitorado, o acirramento da fiscalização do poder pela imprensa, a promoção do debate público e a promoção da confiança na mídia.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo eleitoral; cobertura das eleições; desafios; desinformação; checagem dos fatos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 A INSPIRAÇÃO	9
1.2 A PESQUISA	11
1.3 DIVISÃO TEMÁTICA	13
2 METODOLOGIA.....	15
2.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	15
2.2 PESQUISAS COM JORNALISTAS ELEITORAIS.....	15
2.3 PESQUISAS COM ASSESSORES DE COMUNICAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL	16
3 JORNALISMO POLÍTICO E O JORNALISMO ELEITORAL.....	17
3.1 JORNALISMO POLÍTICO.....	17
3.2 JORNALISMO ELEITORAL.....	19
3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	21
4 A COBERTURA DA ELEIÇÕES NA PRÁTICA E O RELACIONAMENTO COM AS FONTES.....	23
4.1 RELACIONAMENTO COM A JUSTIÇA ELEITORAL	24
4.2 RELACIONAMENTO COM CANDIDATOS, PARTIDOS, FEDERAÇÕES E OS PRÓPRIOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO	31
4.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	36
5 A RESPONSABILIDADE PELA COBERTURA ELEITORAL	38
5.1 ELEMENTOS OBJETIVOS: REGRAS PARA A COBERTURA DAS ELEIÇÕES.....	38
5.2 ELEMENTOS SUBJETIVOS: PRINCÍPIOS PARA A COBERTURA DAS ELEIÇÕES.....	41
5.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	44
6 OS DESAFIOS DA COBERTURA JORNALÍSTICA DIANTE E A OPINIÃO PÚBLICA	45
6.1 OS DESAFIOS DA COBERTURA JORNALÍSTICA DAS ELEIÇÕES.....	45
6.2 O JORNALISMO ELEITORAL E A FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA.....	50
6.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	54
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
7.1 A HIPÓTESE	55
7.2 OS DESAFIOS	56

7.3 A CONTINUIDADE	58
REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia como trabalho de conclusão do curso de Jornalismo congrega várias aspirações e paixões adquiridas desde a infância quando nos intervalos dos jogos de futebol improvisava simulacros de microfones, fones de ouvido e arames para entrevistar os jogadores e “casco” de um televisor doado por amigo que tinha uma eletrônica na cidade de Irati para apresentar um telejornal para as crianças do meu convívio. Mais tarde evoluímos para as gravações com fitas cassetes¹.

Outra prática jornalística nas brincadeiras da adolescência foi criar um jornal mimeografado que discutia a política local chamado “Corvo Correio” com mimeógrafo e que circulou informalmente entre os amigos em redação parecida com o “Sensacionalista”, uma publicação satírica da internet que apresenta matérias de forma alarmista.

Neste período, o que me instigava era o fato de que minha casa em Irati era muito próxima à sede de um jornal e de duas emissoras de rádio, nas quais os jornalistas e radialistas, pelo meu interesse, acolhiam-me nas redações e nos estúdios. Em muitas situações, mesmo criança, acompanhei as narrativas de futebol dentro das cabines de rádio nos estádios da cidade a convite das equipes de transmissão.

Enfim, mesmo sem a tecnologia de hoje, foi possível na minha infância viver uma maravilhosa experiência no Jornalismo com a atuação em rádio, televisão e jornal.

1.1 A INSPIRAÇÃO

Com o tempo surgiram duas outras paixões – a política e o Direito – que me acompanham até os dias de hoje na minha vida profissional e acadêmica e, com o tempo, a vida foi me induzindo a fazer uma junção dessas ciências com o Jornalismo.

¹ Nesta seção, pelo caráter pessoal, é usada a 1ª pessoa do singular.

Formei-me em 2002 em Direito, trajetória que me acompanhou da graduação ao doutorado. Em paralelo também me graduei em Ciência Política e Relações Internacionais, além de uma pós-graduação em Direito Eleitoral.

A ascensão profissional foi surgindo com a aprovação em concurso para servidor do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, onde atuei, por alguns anos, nas áreas de Direito Eleitoral, Contabilidade Pública e no atendimento aos eleitores. Em paralelo passei a lecionar disciplinas de Ciência Política, Direito Eleitoral, Direito Internacional e Gestão Pública na UniDomBosco e na Uninter.

Quando atuava no atendimento ao eleitor, o apoio que prestava a Assessoria de Comunicação Social resgatou a vetusta paixão pelo jornalismo, o que me levou a aceitar o convite para compor a equipe deste setor em que trabalhei por oito anos.

Depois deixei o setor para conduzir, como editor-chefe, a Paraná Eleitoral, revista científica na Escola Judiciária Eleitoral, editada desde 1956, que estava em crise e arriscada a desaparecer. Utilizando-se de técnicas do jornalismo entreguei a revista com edições regularizadas e com a Qualis elevada de C para B2.

A minha saída da revista se deve a um convite para retornar ao meu antigo setor, agora denominada de Secretaria de Comunicação Social como chefe de Jornalismo. O Tribunal não possui servidores suficientes formados em Jornalismo. Assim, a minha paixão pelo Jornalismo virou profissão.

O que me motivava era a vontade de desenvolver uma técnica de simplificação da linguagem jurídica e enxergava o jornalismo, embora em polo totalmente contrário, como um norte para essa iniciativa. Na época, criei uma editoria especializada em divulgar as decisões judiciais do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em linguagem simplificada com a utilização de ferramentas do jornalismo como o lide, o discurso direto e as palavras que o leitor entenda o que foi decidido. Também passei a utilizar com sucesso essas técnicas do telejornalismo no magistério acrescentadas pelo “sobe som” para deixar as aulas mais atraentes.

O que sempre me incomodou, primeiramente, era conhecer a maioria das técnicas do jornalismo, atuar como jornalista e não possuir a formação em Jornalismo. A solução dessa carência somente foi possível como o surgimento da graduação por ensino à distância, uma vez que os horários para cursar o presencial eram incompatíveis.

A segunda situação que me incomodou, como o responsável pelo atendimento aos jornalistas, foi vivenciar os grandes desafios que enfrentam no “pântano” das eleições num garimpo de informações e uma rigorosa e trabalhosa checagem de dados, principalmente nas Eleições presidenciais de 2018 e 2022. Nisso, o Tribunal criou um serviço de checagem chamado de Gralha confere. As dificuldades enfrentadas também alcançavam a interpretação da lei eleitoral e a carência de alguns dados como o resultado de processos envolvendo a inelegibilidade por ausência de filtro de pesquisa no sistema do Tribunal Superior Eleitoral.

E essa inquietação que me motivou a desenvolver esta monografia sobre os desafios dos jornalistas na cobertura das eleições.

1.2 A PESQUISA

O período das campanhas eleitorais envolve esperanças dos eleitores, sonhos dos candidatos e uma expectativa de que os futuros governantes escolhidos pela maioria dos cidadãos tragam realmente o bem-estar da população.

Todo esse movimento é projetado pelos jornalistas que buscam captar e levar a informação e produzi-la para auxiliar na escolha do eleitor.

As eleições representam o ápice da democracia de um país, e a cobertura pelos meios de comunicação desempenha um papel social de informar e de engajar o público no processo político.

O jornalismo eleitoral, como uma especialização do jornalismo político, assume a responsabilidade de entregar ao público uma cobertura imparcial, contextualizada e analítica durante o período de campanhas eleitorais. Isso é importante para permitir que as cidadãs e os cidadãos tomem decisões conscientes sobre o seu voto.

Aqui, os jornalistas desempenham um papel direto e efetivo de fiscalização pela investigação e divulgação de propostas, expondo críticas relevantes sobre o histórico e as plataformas políticas das candidatas e dos candidatos.

Os meios de comunicação, no tabuleiro político, ajudam a promover um debate político saudável, fornecendo uma plataforma para que as candidatas e os candidatos discutam e defendam suas ideias.

Nas eleições presidenciais de 2018 e 2022, o jornalismo assumiu um papel mais árduo na checagem dos fatos com o aumento da responsabilidade de desmascarar as informações falsas ou enganosas difundidas durante as campanhas eleitorais.

Embora já existissem alguns sites e entidades de checagem antes das eleições de 2018, como a e-Farsas (2002) e a Lupa (2018), inúmeras agências foram fundadas e a maioria atua em parceria com a Justiça Eleitoral, como o projeto Comprova da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), a *Agence France-Presse (AFP)*, Aos fatos, Boatos.org, Estadão Verifica, Gralha confere (TRE-PR), Globo (Fato ou Fake), Universo Online (UOL Confere) etc.

As últimas eleições exigiram que o Jornalismo, além das informações relacionadas ao pleito, enfrentasse a concorrência de notícias anônimas, falsas ou dissimuladas que ocuparam as mídias digitais se apropriando de artifícios astuciosos de comunicação para difundir mensagens falsas ou tendenciosas sobre as eleições e contra as instituições.

Nesta monografia, será explorado o papel essencial do jornalismo eleitoral na cobertura das eleições, discutindo os desafios dos jornalistas que atuam na cobertura das campanhas eleitorais e suas relações com os atores do processo eleitoral.

Neste contexto, surge como questão norteadora: quais os desafios para os jornalistas da cobertura eleitoral?

Na hipótese, os desafios são o acesso às informações eleitorais, o aperfeiçoamento do relacionamento com as fontes, a desinformação, as novas tecnologias e a checagem dos fatos. Neste ponto, Francisco José Castilhos Karam chama a atenção para identificar o jornalismo como mediador do mundo em que ocorre a necessidade de uma reflexão quanto aos limites da feitura e na consecução diária da informação, principalmente como ato político consciente

na proposição que entende a realidade como algo que deve ser percebido em sua abrangência e complexidade, a fim de que as pessoas possam tanto saber quanto se manifestar e optar diante da vida em sua dimensão pública. (KARAM, 2014, p.38)

Na linha do entendimento de Karam, os jornalistas não podem ficar desprovidos de parte dos seus instrumentos de trabalho que são as palavras. Em outros termos, ressalta que as palavras são essenciais para que os jornalistas

transmitam informações, analisem os discursos e debates políticos e, de certa forma, possam orientar o público de forma responsável (KARAM, 2014, p.38).

A justificativa da escolha deste tema é inspirada no fato de que as orientações do jornalismo eleitoral, diferentemente do jornalismo político, encontram-se um tanto difusas e a rapidez do processo eleitoral exige um cuidado e uma checagem constante.

O trabalho poderá auxiliar no âmbito científico e jornalístico como uma condensação de situações e estratégias experimentadas pelos jornalistas durante as campanhas eleitorais em um único documento que será materializado nesta pesquisa.

A importância desta pesquisa será proporcionar o avanço do conhecimento das técnicas e estratégias de cobertura das campanhas eleitorais.

O objetivo geral desta pesquisa será elencar os desafios enfrentados pelo jornalismo durante a cobertura das eleições. Os objetivos específicos são: i) apresentar conceitos e definições de jornalismo político e jornalismo eleitoral, o relacionamento com as fontes; a responsabilidade pela cobertura, os desafios e a opinião pública; ii) realizar pesquisas com o ponto de vista dos jornalistas que atuam na cobertura das eleições e no contraponto dos assessores de comunicação social dos tribunais eleitorais e iii) apresentar os resultados desses levantamentos, compará-los e relacioná-los às teorias, conceitos e princípios do jornalismo, associando-os aos desafios da cobertura das eleições.

A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica de publicações de autores de obras e revistas acadêmicas que explorem o jornalismo político e o jornalismo eleitoral, bem como a análise de dados levantados em pesquisa com a elaboração do questionário, a realização de entrevistas e a posterior análise dos dados levantados aplicada aos jornalistas que atuam nas campanhas eleitorais e às assessoras e assessores de comunicação da Justiça Eleitoral.

1.3 DIVISÃO TEMÁTICA

Este trabalho está dividido em seis capítulos, além dessa introdução.

O segundo capítulo detalha os procedimentos metodológicos adotados para conduzir a pesquisa, explicando o tipo de abordagem utilizado, a aplicação da

coleta de dados, bem como as técnicas de análise aplicadas para obter os resultados apresentados neste estudo.

O terceiro capítulo será o jornalismo político e o jornalismo eleitoral, que explora os conceitos e características do jornalismo político e do jornalismo eleitoral. Aqui, será analisado o papel desempenhado por esses segmentos na mídia e sua influência na formação das opiniões dos eleitores. Será dividido em duas seções, sendo que a primeira será dedicada as práticas do jornalismo político e a segunda abordará o jornalismo eleitoral, com ênfase nos aspectos específicos para as preferências dos eleitores.

O quarto capítulo se encarregará da confiabilidade das fontes de informações eleitorais e a responsabilidade dos jornalistas na cobertura das eleições. Na primeira seção, serão avaliadas as relações com as fontes de informações eleitorais e a importância de estabelecer vínculos confiáveis para garantir a precisão das notícias durante as campanhas eleitorais. Na segunda seção, a análise da responsabilidade pela cobertura eleitoral dentro da ética profissional e da abordagem equilibrada das candidatas e dos candidatos.

O quinto capítulo aborda a responsabilidade pela cobertura eleitoral, trazendo na primeira seção os elementos objetivos como as regras para a cobertura das eleições e, na segunda seção, os elementos subjetivos relacionados aos princípios para a cobertura das eleições.

O sexto capítulo explora a cobertura jornalística diante dos desafios e da opinião pública. A primeira seção envolverá a abordagem dos desafios específicos enfrentados com a disseminação de desinformação, a polarização política e as pressões políticas e empresariais. Debaterá como a formação da opinião pública na cobertura jornalística poderá influenciar a percepção do comportamento dos candidatos pelos eleitores.

Nas considerações finais na sétima seção serão apresentados os principais resultados obtidos, as contribuições para o campo do jornalismo político e eleitoral e as possibilidades para pesquisas futuras sobre o tema.

2 METODOLOGIA

Essa pesquisa empregou inicialmente como instrumento metodológico uma pesquisa bibliográfica em obras e artigos científicos da área de Jornalismo político e eleitoral, seguida de uma pesquisa de campo, com abordagem quantitativo-qualitativa aplicada a jornalistas e assessores de comunicação social.

2.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A pesquisa bibliográfica realizada procurou a resolução de um problema por meio de hipóteses referenciadas, averiguando, investigando e analisando a doutrina existente sobre o Jornalismo político e eleitoral.

A busca envolve a pesquisa de livros de autores clássicos e especializados no tema e artigos em revistas acadêmicas, preferencialmente qualificadas no estrato Qualis A e B, brasileiras e estrangeiras, na área de Jornalismo.

2.2 PESQUISAS COM JORNALISTAS ELEITORAIS

A metodologia também envolverá a aplicação de pesquisas qualitativas e quantitativas a jornalistas que atuam nas campanhas eleitorais e assessores de comunicação da Justiça Eleitoral.

Essa pesquisa foi elaborada com perguntas abertas tendo como finalidade elucidar a atuação dos jornalistas nas campanhas eleitorais perquirindo os desafios que encontram na cobertura das eleições (apêndice A).

Os *hyperlinks* dos questionários foram enviados para o público-alvo por WhatsApp em 3 grupos que totalizam 231 jornalistas (são separados em razão da capacidade máxima admitida pelo aplicativo) que atuam na Justiça Eleitoral. Estes grupos foram criados durante a eleição para a troca de informações acerca das eleições pela Coordenadoria de Comunicação da Justiça Eleitoral, da qual este pesquisador é servidor da Seção de Jornalismo, vinculado a este órgão. Dos pesquisados, 12 jornalistas responderam a pesquisa.

Os resultados obtidos foram coletados entre 21 e 30 de junho de 2023 e os dados serão apresentados de forma descritiva na exposição dos temas.

2.3 PESQUISAS COM ASSESSORES DE COMUNICAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL

Também foi aplicada uma pesquisa aos 28 assessores dos tribunais eleitorais do Brasil (Tribunal Superior Eleitoral, 26 estados e o Distrito Federal). As perguntas foram encaminhadas em grupo de WhatsApp pelo qual este pesquisador participa como servidor da Seção de Jornalismo do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) (apêndice B). Dos pesquisados, 14 assessores responderam a pesquisa.

Os resultados obtidos foram coletados entre 1º e 10 de julho de 2023 e os dados serão apresentados de forma descritiva na exposição dos temas.

3 JORNALISMO POLÍTICO E O JORNALISMO ELEITORAL

Embora o Jornalismo político e o Jornalismo eleitoral pareçam sinônimos, neste capítulo se apresentam conforme a sazonalidade do processo eleitoral que envolve três fases.

Será dividido em duas seções, sendo que o primeiro será dedicado as práticas do jornalismo político e o segundo abordará o jornalismo eleitoral, com ênfase nos aspectos específicos para as preferências dos eleitores.

A primeira etapa é o alistamento eleitoral, o processo de registro, transferência, revisão e regularização dos dados dos eleitores no cadastro eleitoral. Tem início logo após a proclamação do resultado das eleições e termina em cento e cinquenta dias antes das eleições².

A segunda etapa é o período de campanha eleitoral, ou seja, de conquista de votos e de apoios eleitorais. Essa é a fase que intermedeia o final do prazo para realização das convenções partidárias em 5 de agosto do ano eleitoral³ e a antevéspera das eleições para os meios de comunicação.

A terceira fase ocorre com o procedimento de votação que tem início na véspera das eleições com a preparação dos locais de votação; a auditoria de verificação do funcionamento das urnas eletrônicas por meio de votação paralela, na presença dos fiscais dos partidos, federações e das coligações (Representação 3.609/2004), a apuração e a homologação dos resultados.

3.1 JORNALISMO POLÍTICO

A atividade do jornalista político é contínua e se estende além do período de campanhas eleitorais e se estende após a diplomação acompanhando o mandato dos candidatos eleitos. A atuação do jornalismo político é independente do jornalismo eleitoral, sendo possível se afirmar que são ramos distintos do Jornalismo.

² Lei 9.504/1997. Artigo 91. Nenhum requerimento de inscrição eleitoral ou de transferência será recebido dentro dos cento e cinquenta dias anteriores à data da eleição.

³ Lei 9.504/1997. Art. 8º. A escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período de 20 de julho a 5 de agosto do ano em que se realizarem as eleições, lavrando-se a respectiva ata em livro aberto, rubricado pela Justiça Eleitoral, publicada em vinte e quatro horas em qualquer meio de comunicação.

Está concentrado na cobertura de matéria política, de forma ampla, em que as pautas seguem, acompanham e relatam pronunciamentos, deliberações, decisões, políticas públicas, eventos e questões relacionadas ao Estado, ao governo, aos partidos, federações e coligações partidárias, às propostas legislativas e os bastidores, as lideranças e movimentos políticos.

José Marques de Melo argumenta que a democracia é irmã siamesa do jornalismo em razão da natureza proeminentemente política, principalmente porque a cobertura dos assuntos do governo e de Estado se categorizou em editorias especializadas (MELO, 2008, p.90).

O papel do jornalista político ou jornalista de política é analisar o cenário político, investigar ou apurar questões de interesse coletivo, entrevistar os atores políticos, acompanham debates e embates, bem como informar ao público sobre o andamento de todo o processo político.

Franklin Martins ressalta que “o jornalismo político passou por grandes mudanças nas últimas décadas” e acrescenta que “a mais importante delas é que, hoje em dia, a maior preocupação da cobertura é informar o leitor, e não o convencer a adotar determinadas ideias” (MARTINS, 2005, p.13).

Roberto Seabra arremata que, modernamente, o jornalismo político se identificou como um ramo importante do jornalismo com um “saber plural” que envolve aspectos do conhecimento da história política do Brasil e do mundo (SEABRA, 2006, p. 101).

Alessandra Lemos Fernandes ressalta que o jornalista que atua na política tem o papel de analisar todo o contexto que envolve os episódios políticos e depois abordar as probabilidades e as tendências relativas aos fatos conhecidos. Em seguida, alerta sobre o risco de a notícia e de a opinião serem interpretadas como especulação e, para evitar desconfiança, aconselha que o jornalista conheça o processo político, disponha de informações confiáveis de bastidores, que a informação seja precisa e que seu posicionamento seja ético e imparcial (FERNANDES, 2017, p.85-86).

Para Luciana Panke e Pedro Chapaval Pimentel, na esfera política democrática, existem dois espaços de atuação dos atores envolvidos em relação à comunicação: um durante o período eleitoral, chamado de comunicação eleitoral, cujo objetivo é conquistar ou manter os votos dos eleitores e prejudicar os

concorrentes; e outro durante o mandato, conhecido como comunicação governamental, com o propósito de promover uma governança eficaz entre os diferentes setores da sociedade (PANKE; PIMENTEL, 2018, p. 79-80). Para obter o apoio efetivo dos eleitores nas urnas, os candidatos precisam considerar três elementos que nem sempre estão alinhados: sua verdadeira essência, a imagem que desejam projetar e a percepção dos eleitores a partir dessa combinação (PANKE; PIMENTEL, 2018, p. 81).

Nessa linha Ricardo Germano Tesseroli e Luciana Panke, ressaltam que durante o período eleitoral, os candidatos têm como objetivo principal trabalhar suas imagens pessoais e, se for o caso, a imagem da administração atual, além de recorrer ao inconsciente coletivo, buscando engajar eleitores e conquistar votos. (TESSEROLI; PANKE, 2021, p. 101).

3.2 JORNALISMO ELEITORAL

O jornalismo eleitoral, diferentemente, está focado especialmente na cobertura de campanhas eleitorais com o acompanhamento das eleições, desde o período pré-eleitoral (convenções), passando pela propaganda eleitoral, pesquisas e debates até a votação, a divulgação dos resultados e a diplomação. No processo eleitoral, o ápice da cobertura se encontra na segunda etapa envolvendo as campanhas eleitorais, sendo completada na terceira etapas com o acompanhamento da fiscalização da votação e da apuração.

As matérias relatam sobre os candidatos, suas propostas, estratégias de campanha, comícios, debates, pesquisas eleitorais e outras atividades relacionadas à eleição. O jornalismo eleitoral tem um escopo mais limitado e temporário, concentrando-se nas eleições específicas e nos eventos que as cercam.

A cobertura de uma campanha eleitoral exige ainda que os jornalistas investiguem e reportem os acontecimentos ou fatos relevantes que envolvam os candidatos e partidos. Isso exige a checagem constante da veracidade das declarações para garantir uma cobertura objetiva e equilibrada, além de ter uma visão, no passado, com o currículo e as realizações dos candidatos e, no futuro, examinando a viabilidade de cumprimento das promessas de campanha.

Edward Samuel Herman e Noam Chomsky ressaltam que

a bateria de reações negativas a uma declaração ou a um programa e mídia pode ter a forma de cartas, telegramas, telefonemas, petições, ar judiciais, discursos e projetos de lei perante o Congresso, e outras formas queixas, ameaças e de ação punitiva. Pode ser organizado de forma tanto cena como local, ou pode consistir em ações completamente independentes pela parte de pessoas físicas. Se a bateria de reações negativas for produzida em grande escala, por pesa físicas ou grupos com recursos substanciais, pode ser tanto desconfortável quanto dispendiosa para a mídia. Posições têm que ser defendidas dentro e fora da organização, algumas vezes perante legisladores e possivelmente até em tribunais de justiça. A capacidade de produzir reações negativas, especialmente do tipo dispendioso e ameaçador, está relacionada ao poder (HERMAN; CHOMSKY, 2003, p.84, 85)

Neste ponto, os jornalistas eleitorais devem ter o cuidado para que as cidadãs e os cidadãos recebam informações originárias de uma variedade de fontes que possibilitem ao destinatário um pensamento crítico ao avaliar as informações apresentadas e formar a sua vontade política.

Carlos Castilho explicita que as maiores dificuldades experimentadas pelo jornalismo eleitoral são as notícias falsas e o que denomina de fenômeno das “narrativas”. Traz a crítica de que a cobertura das eleições envolve a

opção entre desconstruir a agenda eleitoral para que o público descubra o que não está sendo dito e mostrado; ou afogar o eleitorado num mar de notícias, impossibilitando as pessoas de identificar o que é falso, irrelevante ou fora de contexto (CASTILHO, 2022).

Considera que o primeiro desafio do jornalismo eleitoral é a enorme carga de material que os repórteres e editores precisam analisar, checar, editar e publicar e nisso destaca que velocidade e a quantidade de notícias falsas supera a capacidade de resposta pelas agências de checagem (CASTILHO, 2022).

Em seguida, considera como segundo desafio a superação das chamadas “narrativas” definidas como os formatos textuais ou visuais em que os candidatos, políticos e partidos manipulam os fatos e os dados para dar credibilidade a suas propostas e posicionamentos eleitorais. Nessas narrativas afirma que “predominam o uso de meias verdades e de conteúdos fora de contexto” (CASTILHO, 2022). As “narrativas” são problemas que há muito tempo estão presentes no conhecido jornalismo declaratório.

Isso pode ser observado numa entrevista em que foi perguntado a Luís Gonzalez, em 2000, qual é o papel do jornalismo em nosso país na construção da notícia durante uma campanha eleitoral? O jornalista respondeu que

90 necessidades industriais muito fortes, pouco tempo para apuração, muita informação oferecida e pouca informação apurada. [...]. Todas as denúncias e escândalos que estão sendo veiculados e publicados são oriundos de terceiros. Não tiro o mérito do veículo e não desqualifico as denúncias. Isso mostra que a imprensa é receptadora, digamos assim. Estou usando um termo talvez pesado, mas ela é receptadora de mercadoria que interessa a grupos diferentes na sociedade. Discute-se muito no Brasil um monte de bobagens, coisas sem importância. O jornalismo brasileiro tem sido, ao longo dos últimos anos, mais declaratório. Ou seja, as pessoas estão atrás de aspas: fulano disse isso, beltrano disse aquilo. Ele é fuxiqueiro. Problemas importantes, permanentes no país, não são discutidos, não são objeto de reportagens com o mínimo de apuração, de investigação, de seriedade. (FÍGARO, 2000, p.76)

Aqui, é importante trazer uma breve definição acerca do jornalismo declaratório que permeia o jornalismo eleitoral, uma vez que será o tema será retomado na esteira dos demais temas deste estudo.

O jornalismo declaratório, segundo Orlando Tambosi, é uma prática em que o tipo de matéria jornalística foi fundamentado exclusivamente nas declarações, depoimentos ou falas das fontes (TAMBOSI, 2005, p.32).

Luã José Vaz Chagas e Marcio Camilo da Cruz consideram que o jornalismo declaratório se faz presente em períodos marcados por discursos autoritários, mentirosos e neopopulistas originados exclusivamente de fontes oficiais desprovidas do contraditório (CHAGAS; CRUZ, 2022, p.109).

A atividade dos jornalistas durante as campanhas eleitorais é imprescindível para a democracia como o exercício dos direitos políticos pelas cidadãs e pelos cidadãos, haja vista que desempenha uma função fundamental para a disseminação de informações precisas para análise dos candidatos e para promoção de um debate público consciente.

3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O jornalismo político é uma atividade permanente de cobertura das atividades das eleitas e dos eleitos nos cargos dos Poderes Executivo e Legislativo, mas que alcança também os atos do Poder Judiciário. Essa categoria também envolve o acompanhamento de todos os atos da administração pública direta e indireta praticados por agentes públicos de qualquer natureza e escalão, bem como

de todas as pessoas naturais e jurídicas que recebam subvenções públicas. A atuação nesta área é muito envolvida com os bastidores da política pelo acompanhamento das intenções das lideranças políticas, principalmente nos projetos de lei e na aprovação do orçamento.

O jornalismo eleitoral é uma atividade sazonal que enfatiza a cobertura das campanhas eleitoral pela divulgação pública das propostas, das críticas, das articulações, das alianças e do comportamento dos candidatos e dirigentes partidários. Nesta pauta é agendada a investigação do currículo e as intenções das candidatas e dos candidatos, além das estratégias de conquista dos votos e os reflexos das eventuais ilicitudes cometidas na campanha na Justiça Eleitoral e comum.

Para arrematar, reafirmando a independência das duas áreas, é importante considerar que a cobertura no jornalismo eleitoral não afasta a atuação no jornalismo político. Isto porque um postulante à reeleição, ao mesmo tempo que pratica um ato de campanha não deixará de exercer os seus atos de ofício no Poder Executivo ou Legislativo. Assim, é possível a cobertura simultânea da repercussão da edição de uma medida provisória e os atos de campanhas praticados por Presidente da República que é candidato à reeleição.

4 A COBERTURA DA ELEIÇÕES NA PRÁTICA E O RELACIONAMENTO COM AS FONTES

Neste capítulo apresenta-se a confiabilidade das fontes e a responsabilidade pela cobertura das eleições que será dedicado a análise da confiabilidade das fontes de informações eleitorais e a responsabilidade dos jornalistas na cobertura das eleições. Na primeira seção, será avaliadas as relações com as fontes de informações eleitorais e a importância de estabelecer vínculos confiáveis para garantir a precisão das notícias durante as campanhas eleitorais. Na segunda seção, a análise da responsabilidade pela cobertura eleitoral dentro da ética profissional e da abordagem equilibrada das candidatas e dos candidatos.

As inter-relações entre os jornalistas eleitorais e os atores das eleições são variadas e complexas, haja vista que necessitam da interação com diversos atores, como candidatas e candidatos, partidos, federações partidárias, coligações, assessoras e assessores de campanha e colegas jornalistas no desempenho de suas atividades na cobertura e na análise do processo eleitoral fornecendo informações às eleitoras e aos eleitores.

Na execução de suas tarefas necessitam entrevistar as candidatas e os candidatos; realizar e avaliar pesquisas de tendências e intenções de voto do eleitorado; acompanhar os debates; os comícios e os demais atos de campanha, investigar os casos de irregularidades eleitorais e todas essas informações dependem de fontes confiáveis.

Isso porque muitos atores das eleições, como candidatas, candidatos, partidos e federações, tentam influenciar a narrativa e a cobertura da mídia em seu favor pelo estabelecimento de relações estratégicas para disseminar informações privilegiadas.

Para Verónica Fumanal, em relação às relações entre jornalistas e candidatos:

“Má relação”, esta seria a manchete se tratarmos de uma forma superficial a relação predominante entre jornalistas e assessores de imprensa. Basicamente, ambos querem o mesmo, mas no sentido contrário. Ambos querem controlar o que aparece nos meios e, infelizmente, esses conteúdos não são coincidentes, senão opostos. O *staff* de campanha sempre buscará uma manchete positiva, uma proposta, uma fotografia bonita, mas devemos estar cientes de que as informações boas não costumam ser notícia, nem o conteúdo que mais vende jornais. (FUMANAL, 2022, p.64)

Por isso, é imprescindível que resguardecam a sua independência e realizem uma cobertura contextualizada e crítica para informar de forma imparcial as eleitoras e os eleitores.

Os principais instrumentos necessários para o resguardo da credibilidade da cobertura jornalística durante as eleições serão, além da diversidade de fontes, a checagem rigorosa dos fatos e o subsídio de documentos antes de publicar a notícia.

Neste capítulo foi realizada uma coleta de dados para a análise e desenvolvimento dessa pesquisa pela aplicação de um questionário aos jornalistas que atuam em veículos de comunicação (apêndice A) e as assessorias de comunicação da Justiça Eleitoral (apêndice B).

A pesquisa foi elaborada com perguntas abertas com a finalidade de elucidar a atuação destes profissionais na cobertura das eleições, principalmente para identificar as dificuldades para obtenção de informações junto às candidatas e aos candidatos, aos partidos, às federações partidárias, aos órgãos públicos e à Justiça Eleitoral e a interpretação da legislação eleitoral (apêndice A)

4.1 RELACIONAMENTO COM A JUSTIÇA ELEITORAL

O relacionamento entre os jornalistas e a Justiça Eleitoral deve ser baseado na transparência das informações e na busca pelo interesse público, mas é importante que os jornalistas estejam atualizados sobre as normas e regulamentos eleitorais.

Por meio de duas pesquisas, esta seção buscou entender o relacionamento entre os jornalistas que atuam na cobertura das eleições com a Justiça Eleitoral, em duas vias, trazendo o ponto e o contraponto entre estes jornalistas e os assessores de comunicação dos tribunais eleitorais.

Nessa linha, na pesquisa aplicada aos jornalistas que cobrem as eleições, foi realizada a seguinte pergunta: “você possui alguma dificuldade ou receio de divulgar uma informação em razão de interpretação da legislação eleitoral? Se sim, qual?” (apêndice A). As principais respostas foram:

Sim. Tenho receio e por isto não faço, sempre somos interpretados de maneira pela qual nem sequer pensamos (Entrevistado A).

Sim, em situações específicas de candidatos no decorrer das eleições. Por exemplo formatos de entrevistas, o que pode de reportagem ser considerado favorecimento ou desfavorecimento (Entrevistado B).

Sim, já tivemos situações que candidatos entraram com ações contra a rádio dependendo da forma como divulgamos informações ou da maneira como os locutores se manifestam no rádio. (Entrevistado C).

As vezes uma informação a respeito de quem fica com a vaga do outro que foi cassado. As vezes é isso que acontece. (Entrevistado D).

Em contraponto, foi perguntado aos assessores de comunicação se, “na prática, os jornalistas que atuam junto a sua assessoria demonstram preocupação ou medo com a aplicação da lei eleitoral? Em outras palavras, é comum que jornalistas entrem em contato com a assessoria de comunicação para consultar se sua matéria (antes ou depois da publicação) infringiria a lei eleitoral?” (apêndice B). Neste quesito a resposta foi de que os jornalistas raramente costumam procurar a Justiça Eleitoral com essa preocupação.

É possível perceber que, de um lado, os jornalistas pesquisados demonstram algumas dúvidas com a interpretação da legislação eleitoral, mas que não procuram saná-las diretamente com a Justiça Eleitoral. Isso explica por que os artigos 23, XII e 30, VIII, do Código Eleitoral de 1965, proíbem que os juízes dos tribunais eleitorais respondam consultas e, por isso, as empresas de comunicação contratam assessorias jurídicas para prevenir essas questões.

Na sequência foi aplicada a pergunta: “você acredita que a legislação eleitoral conflita total ou parcialmente com a liberdade de informação, expressão ou opinião amparada pela Constituição? Se sim, de que forma?” (apêndice b). As principais respostas foram:

Acredito que sim, pois, em um mundo perfeito, todas as opiniões seriam válidas. Mas essa restrição é necessária para a manutenção de um processo eleitoral limpo, pois muitas pessoas acabam sendo levadas por uma informação mal embasada, ou uma opinião que não tem base factual (Entrevistado A)

De jeito nenhum. Pelo contrário, ela casa com as informações que estamos divulgando. (Entrevistado B)

Em partes, acredito que sim é necessário. Mas também acredito que a forma atual faz com alguns candidatos tenham mais visibilidade que outros, fazendo com a pluralidade na política brasileira seja ruim. (Entrevistado C)

A relação entre a legislação eleitoral e a liberdade de informação, expressão e opinião é complexa e pode variar. Em nosso país, as leis eleitorais são projetadas para regular o processo eleitoral, garantir a igualdade de oportunidades para os candidatos e promover eleições livres e justas (Entrevistado D).

Aqui é possível perceber que os jornalistas pesquisados reclamam dificuldades de interpretação da legislação eleitoral, mas não questionam a legitimidade das normas que regulam a veiculação da notícia. Para eles, a regulamentação é necessária para balizar a igualdade de oportunidades entre os candidatos.

Nesse ponto, ainda foi realizada uma terceira pergunta: “Numa eventual edição da lei eleitoral, o que você sugere que poderia ser modificado para o livre exercício do jornalismo? (apêndice A) As principais respostas foram:

Acredito que a distribuição de verba deveria ser melhor organizada, com mais regras e melhor divisão entre os candidatos. (Entrevistado A)

Liberdade sem amordaças, pois, a leis estão aí para serem aplicadas a todos (Entrevistado B).

Que não tenha sigilo nos processos eleitorais (Entrevistado C).

Com o Judiciário que temos é impossível, somos massacrados pelo mínimo que fizemos (Entrevistado D)

É importante encontrar um equilíbrio adequado entre as restrições necessárias para garantir eleições justas e a liberdade de expressão protegida pela Constituição (Entrevistado E)

Sim. O legislador dificultou muito as possibilidades de propaganda eleitoral (Entrevistado F).

Na sequência foi perguntado, “quais as dificuldades que vocês possuem junto à Justiça Eleitoral? (apêndice A)” e as principais respostas foram:

A Justiça Eleitoral possui um sistema, principalmente para divulgação dos resultados, bastante interessante para os jornalistas. Ainda restam algumas aparas, mas estão no caminho certo (Entrevistado A)

Dificuldade em ter disponível entrevistados locais/ geralmente centraliza em um único entrevistado, e ficar dependendo de uma única pessoa para todos os temas e assuntos dificulta o desenvolvimento de pautas. (Entrevistado B)

Nenhuma dificuldade. As informações, na última presidencial por exemplo foram excelentes. Das primeiras horas até a última (Entrevistado C).

Na jurisdição de primeiro grau demora nas respostas (Entrevistado D).

Só nas eleições de 2020 houve um atraso na apuração dos votos no Paraná - que acarretou o atraso em nossa cobertura (Entrevistado E).

Nenhuma dificuldade. As informações, na última presidencial por exemplo foram excelentes. Das primeiras horas até a última (Entrevistado F)

Juiz eleitoral não costuma dar entrevistas e repassar detalhes de decisões judiciais (Entrevistado G).

As dificuldades relatadas surgem porque as magistradas e os magistrados, por dever legal, são proibidos pelo Conselho Nacional de Justiça de se manifestarem fora dos autos de processo, ou seja, a divulgação de sua posição somente é permitida pela divulgação da decisão judicial⁴.

No entanto, o representante do Ministério Público Eleitoral (promotores, procuradores regionais e procurador-geral eleitorais) possuem autonomia e liberdade para se manifestarem, haja vista que são partes (em defesa do eleitorado) e fiscais da lei⁵ e não julgadores. Assim, integram o Ministério Público Federal e não a organização da Justiça Eleitoral.

Outra queixa apontada na pesquisa pelos jornalistas envolve os processos eleitorais que tramitam em segredo de justiça^{6,7}. Isto envolve dois problemas, sendo o primeiro com o sigilo sobre a divulgação da própria existência da ação

⁴ Resolução 305/2019. Art. 4º Constituem condutas vedadas aos magistrados: [...] I – manifestar opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem, ou juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças, de órgãos judiciais, ressalvada a crítica nos autos e em obras técnicas ou no exercício do magistério.

⁵ Constituição. Artigo 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

⁶ Constituição. Artigo 14, § 11. A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

⁷ Lei 13.165/2015, Código de Processo Civil. Art. 189. Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos: I - em que o exija o interesse público ou social; II - que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes; III - em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade; IV - que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo. Artigo 11, Parágrafo único. Nos casos de segredo de justiça, pode ser autorizada a presença somente das partes, de seus advogados, de defensores públicos ou do Ministério Público.

judicial e a segunda envolve a divulgação do ajuizamento da ação, mas mantendo privado o conteúdo.

Nessas condições foi perguntado aos assessores de comunicação sobre “como a sua assessoria de comunicação responde às consultas de jornalistas que envolvam segredo de justiça ou outra forma de sigilo legal?” (apêndice B). As principais respostas foram:

Não respondemos. Passamos o contato da assessoria do relator do processo (Entrevistado A).

Informamos que está em segredo e não temos acesso ao processo (Entrevistado B)

Informamos que o processo está sob sigilo e até que o sigilo seja quebrado nenhuma informação será repassada (Entrevistado C).

Que o tribunal está impedido de prestar as informações por força de lei (Entrevistado C)

Não respondemos. (Entrevistado D)

Que há segredo de justiça e não podemos fornecer informações sobre o processo (Entrevistado E)

Sempre consultamos a Secretaria Judiciária para saber quais informações podem ou não ser divulgadas (Entrevistado F).

Respondemos apenas que é segredo de justiça (Entrevistado G).

Na sequência, os assessores responderam à pergunta: “você já enfrentaram alguma situação em que a informação prestada pelo tribunal foi publicada com erro de interpretação pelos jornalistas? Se sim, como foi gerenciada esta crise?”. As principais respostas foram:

Desde que comecei a trabalhar ligada à comunicação do tribunal foi publicada notícia com erro de interpretação do que foi visto no julgamento. Entramos em contato com o site e eles corrigiram o texto (Entrevistado A)

Sim. Conversamos com o jornalista para ele fazer o reparo na informação (Entrevistado B).

Sim. Conversamos com o jornalista para que fizesse a correção da informação. Por sorte, não foi algo grave que pudesse comprometer o trabalho em andamento ou a imagem do Tribunal (Entrevistado C)

Sim, entrei em contato com o jornalista e o mesmos corrigiu de imediato (Entrevistado D).

Sim. Há confusão sobre o papel da Justiça Eleitoral e do Ministério Público. Foi feito contato direto com o jornalista, que fez a correção (Entrevistado E).

Sim. Conversamos com os veículos e gerenciamos a crise oferecendo as informações corretas, explicando os conceitos. A abertura com a imprensa faz com que a retificação fosse realizada de forma rápida e harmônica (Entrevistado F)

Outra pergunta aplicada aos assessores eleitorais foi: “você já enfrentou alguma situação em que a informação prestada pelo tribunal foi publicada com uma interpretação tendenciosa/dolosa pelo jornalista/veículo de comunicação? Se sim, como foi gerenciada esta crise” (apêndice B).

Aqui no Estado, os jornalistas são ligados aos políticos e as publicações tendenciosas são feitas com base nos interesses deles, mas não ligadas à uma informação prestada pelo tribunal (Entrevistado A).

Sim, mas a informação incorreta foi publicada por um blogueiro. Para redução de danos, fizemos contato antecipadamente com jornalistas de veículos convencionais e reforçamos a informação verdadeira (Entrevistado B)

Sim, interfiro quando há sonora distorcida de alguma autoridade ou servidor da instituição. Gerencio solicitando a imediata retirada da matéria e correção (Entrevistado C)

Sim. Um jornalista deturpou um pouco as decisões liminares sobre propaganda eleitoral. Aí ligamos, explicamos e ele fez uma nova notícia sobre assunto de forma mais clara (Entrevistado D)

Sim, o diálogo nem sempre resolve. A política editorial muitas vezes dita o tom da matéria, mas quando é um erro de entendimento, conseguimos solucionar. Quando é tendencioso ou doloso, nem sempre conseguimos mudar a percepção editorial e nem é nosso papel, mas o presidente atual tem conseguido dialogar em vários veículos e estamos com uma boa entrada em quase todos os meios. Isso nos permite enviar várias aspás (Entrevistado E)

Também foi perguntado aos assessores de comunicação: “quando há erros de informação ou de interpretação pelo veículo de comunicação acerca das matérias fornecidas pelo tribunal, o veículo de notícia oportuniza a manifestação

da sua assessoria (resposta/errata)? Se possível, exemplifique com situações em que houve ou não houve esta oportunidade” (apêndice B).

A vez que pedimos para alterar uma informação errada eles apenas editaram o texto, mas sem errata (Entrevistado A)

Não costumamos chegar a esse extremo, normalmente há reparo na informação ou o veículo publica outra matéria resgatando o assunto. eles retificam (Entrevistado C)

Os veículos de comunicação em atividade no Estado normalmente estão preocupados com o conteúdo publicado. Durante o ano passado, o TRE, seguindo o exemplo do TSE, criou um grupo de combate à desinformação. Com o nome de Eleitor bem-informado, atuamos antecipadamente na divulgação das informações verdadeira que estrategicamente mereciam massificação na mídia (Entrevistado D).

Sim, abre a oportunidade. Não tivemos problemas. (Entrevistado E)

Sim. Recentemente um jornalista errou informações importantes sobre aquecimento será o presidente que estará à frente do TRE nas próximas eleições. Fizemos contato e a correção foi feita rapidamente no site e, no dia seguinte, na edição impressa (Entrevistado F)

Aqui, não temos tido muitos casos de erros. Mas quando erram, têm retificado a informação. E, sim, permitem o envio de manifestação (Entrevistado G)

Sim. Erro em nomes ou informação equivocada sobre algum assunto relacionado ao Tribunal sim (Entrevistado H).

Foi questionado ainda se “os jornalistas costumam replicar na íntegra as matérias publicadas pela sua assessoria de comunicação?”. As principais respostas foram:

Isso ocorre com mais frequência em veículos do interior e em sites jurídicos (Entrevistado C)

Sim. Nós sempre destacamos que os textos são de uso livre para publicação (particularmente eu acho melhor que façam isso, para garantir que o conteúdo será publicado de forma correta) (Entrevistado D).

Acontecia com mais frequência nas eleições de 2018. E em época eleitoral há mais réplicas, porém tenho notado maior cuidado por parte dos veículos em creditar (Entrevistado F)

É possível perceber que em todos os tribunais que existe uma excelente relação entre os jornalistas que atuam na cobertura das eleições e a Justiça Eleitoral em todos os estados e no Distrito Federal, o que é demonstrado pelas pesquisas que praticamente não há necessidade de gerenciamento de crises.

O relacionamento entre jornalistas e a Justiça Eleitoral é fundamental para garantir a transparência e o interesse público durante o período eleitoral. No entanto, os jornalistas enfrentam desafios relacionados à interpretação da legislação eleitoral ao divulgar informações sobre candidatas, candidatos e eleições. Embora não busquem esclarecimentos diretamente com a Justiça Eleitoral, eles reconhecem a importância da regulamentação para assegurar igualdade de oportunidades entre candidatos.

4.2 RELACIONAMENTO COM CANDIDATOS, PARTIDOS, FEDERAÇÕES E OS PRÓPRIOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO

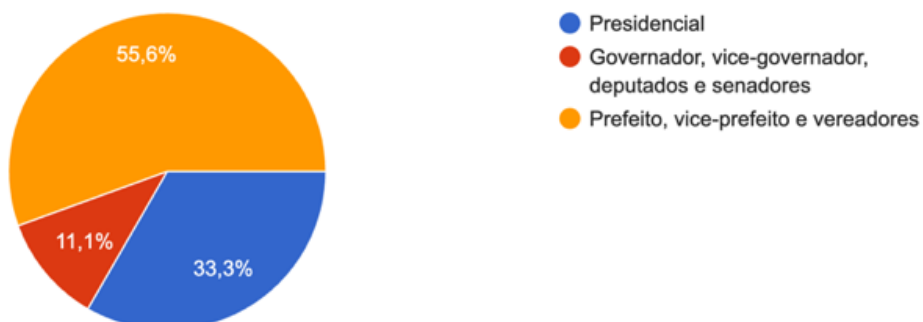
No contexto político, o relacionamento entre jornalistas, candidatas, candidatos, partidos, federações, coligações e veículos de comunicação é uma intrincada teia que enfrenta desafios significativos. Nesse sentido, a colaboração entre jornalistas e assessores pode ser uma via proveitosa para transmitir claramente as mensagens políticas.

Na pesquisa realizada juntos aos jornalistas que atuam nas coberturas das eleições foi perguntado, quais as eleições que oferecem as maiores dificuldades na cobertura jornalística? (Figura 1).

Figura 1 – Eleições que oferecem maiores dificuldades de cobertura.

Quais as eleições em que o acesso a informações é mais difícil?

9 respostas



Fonte: Pesquisa no apêndice A.

Embora as eleições presidenciais tragam uma maior atração ao público pela importância, pela polarização e pela desinformação, o acesso à informação é mais difícil nas eleições municipais (prefeito, vice-prefeitos e vereadores).

Nas eleições presidenciais, as assessorias, os partidos, as federações, as coligações, os diretórios nacionais são mais estruturados, mas a demanda é muito grande. Nas eleições locais, em regra, as demandas são menores, mas as assessorias possuem uma estrutura limitada ou não existem em razão da escassez de recursos de campanha. Por fim, nas eleições gerais (estados e Distrito Federal), há um certo equilíbrio entre estrutura e demanda.

A pesquisa também perguntou “quais as dificuldades e/ou constrangimentos que vocês encontram na cobertura das eleições em relação à obtenção de informações com candidatas ou candidatos? (apêndice A)”. As principais respostas foram:

Pedidos de entrevistas negados (e ir para o concorrente); mentiras da própria assessoria de imprensa para dar lugar a outro veículo ou participação em comício - ao não participar da entrevista pré-agendada. Também já passei pelo constrangimento de perguntarem a minha posição política (Entrevistado A).

Centralização de informação, o candidato não possui um site/assessor que facilite o acesso/comunicação e troca de informações (Entrevistado B)

Devido a quantidade e distanciamento entre os candidatos, fica difícil obter informações precisas sobre quem são os que disputam as cadeiras.

Também fica complicado obter contato com os candidatos, que na maior parte tem apenas redes sociais, sem sites, telefones *etc* (Entrevistado C).

Candidatos que não querem falar ou não aceitam participar de debates promovidos pela rádio (Entrevistado D)

Alguns assessores demoram para responder ou enviar informações (Entrevistado E).

Informação chegam atrasadas. Punição sem dever. Fazer o Trabalho gratuito e ser cobrado (Entrevistado F)

Pelas respostas, percebe-se que são frequentes as tensões e as disputas entre os jornalistas e as candidatas e os candidatos durante o período eleitoral em razão de trocas de críticas mútuas e disputas em relação à cobertura jornalística. Isso ocorre quando os candidatos discordam ou repudiam as críticas formuladas pela imprensa, dificultando o acesso às informações de interesse público. Nesse raciocínio, Emanuel Barreto observa que

os grupos políticos veem na notícia literalmente um bem, valorizam-na como parte do seu patrimônio ideológico-eleitoral e entendem como coisa disponível e instrumentalizável aquele fato linguisticamente simbolizado e afinal impresso. E disputam esse bem com todos os artifícios disponíveis, buscando notoriedade positivada, visibilidade e sucesso. (BARRETO, 2006, p.21)

Nestas circunstâncias, o relacionamento profissional entre a imprensa e os políticos exige uma elevada tolerância dos jornalistas para que possam executar o seu trabalho com independência na busca pelo interesse público. É inerente à vida política a ocorrência de situações desfavoráveis ou controvérsias que possam atingir a imagem de determinados políticos, exigindo-se muitos conhecimentos e habilidades estratégicas para a transmissão de informação correta.

Samuel Lima considera preocupante quando temas fundamentais são negligenciados na cena política, deixando de ser abordados pelas candidatas, pelos candidatos e pelos jornalistas. Complementa que o papel da mídia é informar e questionar, garantindo que a sociedade tenha acesso a debates relevantes sobre reformas, emprego, educação, crescimento econômico sustentável, guerra monetária mundial, reforma agrária, saúde e segurança pública. Arremata que essa falta de abordagem pode comprometer o desenvolvimento e o progresso da sociedade (LIMA, 2010, p.74).

Aqui é importante lembrar que, de outro lado, existem os jornalistas que assessoram as candidatas e os candidatos. São profissionais de comunicação contratados para auxiliar na estratégia e na gestão da imagem do candidato durante campanhas eleitorais.

Para o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, o trabalho é exaustivo. “Por trás de um candidato tem um jornalista ou uma equipe completa. Alguns chegam inclusive a coordenar campanhas, o que torna seu papel fundamental no processo eleitoral”. (SINDICATO, 2014).

Os assessores de comunicação dos partidos com formação em jornalismo desempenham um papel importante na colaboração para elaboração de discursos, na coordenação de entrevistas, na gestão de mídias sociais e na interação com a imprensa em nome da candidata e do candidato. Esses jornalistas trabalham para garantir que a mensagem do assessorado seja transmitida de forma clara e eficaz para o público.

A gestão de conflitos tem papel determinante nas relações entre os jornalistas e os políticos, o que exige muitas habilidades de comunicação e conhecimento profundo do cenário político.

Como extensão da pergunta anterior, formulou-se o questionamento de “quais as dificuldades e/os constrangimentos que vocês encontram na cobertura das eleições em relação a obtenção de informações com os partidos, as coligações ou as federações partidárias?” (apêndice A)

Os partidos normalmente possuem um setor de comunicação (assessoria) o que facilita e muito a obtenção de informações. Quando as coligações ou federações, normalmente é complicado entender quem comanda, uma vez que não há tempo dentro da redações para pesquisas (Entrevistado B)

Confirmar informação, que está muito bem-informado na Transparência das Eleições, e ser negado pela assessoria (Entrevistado D)

Os partido se negam a repassar informação ou representante de partido tumultua os eventos promovidos pela rádio (Entrevistado E)

.

Falta porta voz oficial (Entrevistado F).

Sempre há desencontro de informações (Entrevistado G).

O relacionamento com os partidos e as federações partidárias ultrapassa o período das campanhas eleitorais pelo fato de que as candidaturas são temporárias e o funcionamento das agremiações partidárias são permanentes. No ano das eleições, o enfoque são as candidaturas e a propaganda e nos demais períodos são as alianças políticas, a posição do partido em temas relevantes e a fiscalização do poder pela oposição.

Assim, a busca de informações junto aos partidos e coligações envolve tanto o Jornalismo Eleitoral quanto o Jornalismo Político, sendo a atuação permanente desse e sazonal daquele. Nesta relação é constante a busca de múltiplas fontes, oferecimento de espaço para diferentes perspectivas e a realização de análises baseadas em fatos e documentos.

Nesse ponto, é importante lembrar que na outra ponta atuam os jornalistas que assessoram as agremiações partidárias e isso exige um tratamento ético recíproco.

Por fim, os jornalistas apontaram os desafios no relacionamento interno nos próprios veículos de comunicação para qual trabalham na cobertura das eleições, haja vista que têm o objetivo comum de fornecer informações precisas, imparciais e relevantes ao público durante o período eleitoral.

Os veículos de comunicação têm o dever de fornecer o suporte necessário para que os jornalistas exerçam a sua atividade, com recursos, infraestrutura, acesso a fontes, plataformas de distribuição e alcance de audiência.

Para isso, foi perguntado aos jornalistas que atuam nas campanhas eleitorais: “quais as dificuldades que vocês encontram na cobertura das eleições em relação a liberdade de divulgação de informações diante das empresas de comunicação pela qual trabalha ou trabalhou? (apêndice A)”. As principais respostas foram:

Temos liberdade para falar o que quiser (Entrevistado B)

Em época de eleições, os políticos parecem ficar loucos para gastar a verba disponível para divulgação. Isso faz com que sites pequenos de jornalismo recebam grandes verbas e fiquem de rabo preso com eles. Por isso, a questão econômica sempre dificulta as divulgações se conteúdo sobre as eleições (Entrevistado C).

Limitada pelo interesse da empresa (Entrevistado D)

Não passei por esse constrangimento, porém em 2018 houve por parte do público um surto de achar que a informação das pesquisas eleitoras eram falsas (e não eram) (Entrevistado E).

Em nossa rádio não somos cobrados pela liberdade de expressão (Entrevistado G).

Os jornalistas atuam entre os atores políticos e a sociedade e contribuem para formação de opinião do eleitorado com informações relevantes sobre o contexto das eleições. Por isso, a relação dos jornalistas com candidatas, candidatos, partidos e a Justiça Eleitoral é fundamental para o exercício da democracia.

Enfim, o trabalho dos jornalistas durante o período eleitoral é cercado por desafios e constrangimentos, principalmente relacionados à obtenção de informações junto aos candidatos, partidos e coligações. A polarização política, a dificuldade de acesso a fontes confiáveis e a escassez de recursos nas eleições municipais são alguns dos obstáculos enfrentados.

4.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

No relacionamento entre os jornalistas e a Justiça Eleitoral, é evidente a preocupação dos profissionais em divulgar informações que estejam em conformidade com as normas e regulamentos eleitorais.

Embora enfrentem dúvidas de interpretação da legislação, a maioria dos jornalistas não busca saná-las diretamente com a Justiça Eleitoral, devido à proibição legal de consultas.

A maioria dos jornalistas acredita que a regulamentação é necessária para garantir a igualdade de oportunidades entre os candidatos, apesar de reconhecerem que pode haver conflito parcial com a liberdade de informação, expressão e opinião assegurada pela Constituição.

As assessorias de comunicação da Justiça Eleitoral também enfrentam desafios, especialmente quando se trata de divulgação de informações sigilosas ou em segredo constitucional ou legal. As dificuldades surgem porque os magistrados são proibidos de se manifestar fora dos autos do processo. No entanto, o Ministério Público Eleitoral possui mais liberdade para se manifestar. As

sugestões para o livre exercício do jornalismo incluem uma melhor distribuição de verba entre os candidatos e uma maior transparência no processo eleitoral.

No contraponto, as relações entre jornalistas e a Justiça Eleitoral suportam algumas situações de interpretação por parte da imprensa. Nesses casos, a assessoria de comunicação dos tribunais busca gerenciar a crise por meio do diálogo com os jornalistas e a correção das informações, o que tem sido bem-sucedido. Também fica evidente a complexidade do relacionamento entre jornalistas, candidatas, candidatos, partidos, federações e os próprios veículos de comunicação.

A disputa por visibilidade e sucesso político faz com que os candidatos muitas vezes evitem o diálogo com a imprensa, tornando o acesso às informações de interesse público um desafio constante.

A busca incansável por informações precisas, imparciais e relevantes é essencial para garantir a saúde da democracia e o envolvimento informado dos cidadãos nas escolhas políticas.

A colaboração entre os profissionais de comunicação e os assessores dos candidatos também desempenha um papel relevante para que as mensagens sejam transmitidas de forma clara e eficaz.

Em síntese, superar os desafios no relacionamento com a Justiça Eleitoral, candidatas, candidatos, partidos, federações e, no ambiente interno, nos próprios veículos de comunicação é essencial para que os jornalistas possam cumprir seu papel de informar a sociedade de maneira independente e responsável, contribuindo para uma democracia mais sólida e participativa.

5 A RESPONSABILIDADE PELA COBERTURA ELEITORAL

O quinto capítulo explora a cobertura jornalística diante dos desafios e da opinião pública. A primeira seção envolverá a abordagem dos desafios específicos enfrentados com a disseminação de desinformação, a polarização política e as pressões políticas e empresariais.

Os jornalistas enfrentam o desafio de interagir com os atores das eleições durante a cobertura das eleições que são fontes que fornecem informações e análises categóricas para o eleitorado pelos meios de comunicação.

A transmissão de notícias precisas, exatas e objetivas para que o público forme as suas próprias opiniões, num período em que impera a tecnologia da “desinformação”, a checagem rigorosa dos fatos é fundamental para evitar a disseminação de notícias infundadas e preservar a integridade do processo democrático e a confiança do público nas eleições.

O Jornalismo também cumpre a função social conscientizar o eleitorado sobre o processo eleitoral e esclarecer as políticas dos candidatos, auxiliando os eleitores a compreender as implicações de suas escolhas nas urnas.

Assim, a rotina dos jornalistas durante a cobertura das eleições envolve o cumprimento de regras e princípios.

5.1 ELEMENTOS OBJETIVOS: REGRAS PARA A COBERTURA DAS ELEIÇÕES

Os jornalistas que atuam na cobertura das eleições assumem, primeiramente, uma responsabilidade objetiva de fornecer informações e análises objetivas às eleitores e aos eleitores.

Os primeiros conjunto de elementos englobam a informação deve envolver a precisão e a exatidão, onde os jornalistas devem se empenhar para relatar os fatos e os eventos ligados às eleições, evitando o viés pessoal para possibilitar que os destinatários formem as suas próprias opiniões.

A precisão implica em relatar os fatos, sem erros factuais ou distorções; a exatidão envolve a contextualização adequada das informações exige que os jornalistas relatem de forma direta e sem rebuscamentos os fatos, atos de

campanha, as declarações das candidatas e dos candidatos e as promessas ou programas de governo.

Nelson Traquina destaca que

nenhum valor no jornalismo como a objetividade tem sido objeto de tanta discussão, crítica e má compreensão, a última devida ao erro apontado por Cícero – o desconhecimento da história. Frequentemente, ainda hoje, no que diz respeito ao jornalismo, a discussão sobre a objetividade é reduzida a uma simples dicotomia entre objetividade e subjetividade. (TRAQUINA, 2020, p.260)

Claudia Mast reconhece que a objetividade, além de princípio orientador, é a uma das normas formativas pela qual os jornalistas se sentem mais comprometidos. Frisa que a objetividade significa fatualidade, ou seja, os jornalistas relatam coisas que são reais e as relatam como realmente são. Isso traz o dever dos jornalistas de apresentarem fatos fiéis à realidade, diferenciando-os da ficção (MAST, 2018, p.76).

Claudia Mast acrescenta que

se alguém quiser medir a reportagem jornalística como as coisas realmente são, rapidamente encontrará problemas epistemológicos, porque isso pressupõe que se possa determinar com certeza como as coisas realmente são e como uma situação aconteceu.

[...]

A rigor, porém, o conteúdo jornalístico não é contraposto à realidade "objetiva", mas apenas a outras observações da realidade a partir de uma determinada perspectiva (MAST, 2018, p.76).⁸

Liriam Sponholz realiza uma distinção entre a “objetividade em Jornalismo” e a “objetividade jornalística” quando afirma que a objetividade no Jornalismo pode ser compreendida como a relação entre a realidade social e a representação midiática, buscando se aproximar da realidade por meio das práticas jornalísticas. Já a objetividade jornalística considera que se refere ao conjunto de normas e regras que visam observar e retratar a realidade, com o objetivo de criar uma

⁸ Tradução livre do alemão por Rogério Carlos Born. No original: *Zur Aktualität als Leitgröße tritt Objektivität als prägende Norm, der sich alle Journalisten mehr oder weniger verpflichtet über Dinge, die wirklich sind, und sie berichten darüber, so wie sie wirklich sind. Das verpflichtet den Journalisten auf eine wirklichkeitsgetreue Wiedergabe von Fakten und grenzt ihn von Fiktionem ab, wie si etwa in Spielfilmen oder Serien inszeniert werden. Wenn man die journalistische Berichterstattung an dem messen will, wie die Dinge wirklich sind, stößt man allerdings schnell auf erkenntnistheoretische Probleme. Denn dies setzt voraus, dass sicher festgestellt werden kann, wie die Dinge tatsächlich sind und wie sich ein Sachverhalt zugetragen hat.*

similaridade estrutural entre a realidade social e a representação midiática. A objetividade, nesse sentido, levanta a discussão sobre a possibilidade de conhecer a realidade, tornando-se uma questão pertinente para a teoria do conhecimento (SPONHOLZ, 2003).

No segundo elemento, é primordial a checagem rigorosa com a verificação cuidadosa dos fatos e informações antes de publicá-las, evitando, principalmente, a propagação de notícias sem bases ou evidências que possam comprometer o processo democrático e minar a confiança do público nas eleições.

A checagem envolve a realização de um exame meticuloso das informações pela consulta de fontes confiáveis, pela confrontação com dados oficiais, pela avaliação de relatórios de especialistas e analistas independentes.

Neste ponto, Matias Sebastião Peruyera observa que

a divulgação de dados do governo também é uma situação ligada ao Jornalismo Guiado por Dados cujos artefatos podem ser analisados dessa maneira. É possível que os códigos técnicos de artefatos como portais da transparência e diários oficiais de diferentes esferas do governo realizem interesses de dificultar a utilização dos dados que eles são obrigados, por lei, a divulgar. Também é possível que sejam realizações de interesses de outras pessoas, como de quem projetou o sistema, que priorizou outros aspectos. (PERUYERA, 2015, p.36)

Por isso, especialmente no período de campanhas eleitorais a checagem compreende o questionamento e a investigação de afirmações das candidatas e dos candidatos, buscando provas, estudos ou documentação que sustentem uma publicação.

Para Taís Seibt e Virginia Pradelina da Silveira Fonseca “o ‘jornalismo de verificação’ serve a comparação com evidências empíricas observadas a partir da prática de *fact-checking* no Brasil para identificar possíveis elementos sugestivos de mudanças ‘normais’ e de mudanças ‘estruturais’ que pudessem anunciar uma mutação” (SEIBT; FONSECA, 2019, p.36).

No entanto, os jornalistas devem se esforçar para subsidiar a publicação de sua matéria eleitoral somente após uma pesquisa cuidadosa, ouvindo todas as partes, checando os fatos, oportunizando o contraditório e apresentando informações contrabalançadas.

5.2 ELEMENTOS SUBJETIVOS: PRINCÍPIOS PARA A COBERTURA DAS ELEIÇÕES

O primeiros elementos subjetivos envolvem a ética, a moral e a transparência. É dever revelar todos os conflitos de interesse checados passíveis de comprometimento de sua imparcialidade em relação à obtenção e divulgação de informações.

A ética envolve a honestidade, a imparcialidade, a integridade, o cumprimento de códigos de ética profissional e da legislação eleitoral. Isto consiste em interpretar não somente as normas eleitorais, mas o Código de Ética dos Jornalistas e buscar orientações e esclarecimentos, se necessário, para garantir a uma cobertura justa e imparcial.

Nesta linha, tem-se também a liberdade que, no pensamento de Nelson Traquina, “existe uma relação simbiótica entre o jornalismo e a democracia em que o conceito de liberdade está no núcleo da relação”. Complementa que “Inúmeras afirmações apontam para essa relação simbiótica, em que a liberdade está no centro do desenvolvimento do jornalismo” (TRAQUINA, 2020, p.144).

Guilherme Gonçalves de Carvalho ensina que

a liberdade jornalística tem dois lados. O primeiro é o acesso à informação. O jornalismo não é livre para cumprir seu dever de profissional se não tem acesso à informação assegurado. Por isso, leis de acesso à informação materializam condições para o efetivo exercício da liberdade jornalística. O segundo lado é o direito de publicar informações relevantes sem sofrer restrições, pressões, censura e sem praticar autocensura. (2019, p.341)

Existem algumas restrições legais que podem gerar preocupações quanto à liberdade de expressão e informação. Por exemplo, a proibição da divulgação de pesquisas eleitorais sem o registro na Justiça Eleitoral próximas à data da eleição pode ser vista como uma limitação à liberdade de informação. Essa restrição é justificada com o objetivo de evitar a influência indevida do resultado das pesquisas sobre o eleitorado e, por isso, a divulgação de pesquisas não registrada está sujeita a multa de 52 mil reais por publicação.

O Código de Ética dos Jornalistas impõe aos profissionais da imprensa, dentre os deveres ligados à cobertura política e eleitoral, a divulgação de fatos e

de informações de interesse coletivo; a denúncia e o combate à corrupção, principalmente se exercida para cercear ou controlar o direito de informação; a defesa dos princípios constitucionais e legais como fundamento do estado democrático de direito; o combate à perseguição ou discriminação por motivos políticos (artigo 6º, II, VII, X, XIV) e não pode “impedir a manifestação de opiniões divergentes ou o livre debate de ideias” (artigo 7º, III) (FENAJ, 2007).

Já o Código de Ética da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) estabelece que os jornalistas devem pugnar pela soberania nacional no aspecto político e pela “prevalência da vontade da maioria da sociedade, respeitados os direitos das minorias” (artigo 16), não podendo “frustrar a manifestação de opiniões divergentes ou impedir o livre debate” (artigo 10, terceiro item). Por fim, tem um compromisso com a divulgação da real ocorrência dos fatos no interesse social e coletivo (artigo 3º) (Associação Brasileira de Imprensa, 2009).

A moral implica numa cobertura que respeite os direitos humanos, a justiça, a igualdade e a dignidade, devendo os jornalistas combater os discursos de ódio, todas as formas de discriminação e a desinformação.

Para Mark Fishman, quando uma autoridade declara algo, o jornalista não apenas o considera como uma alegação, mas também como um conhecimento confiável e competente, estabelecendo uma *divisão moral* do trabalho, onde as autoridades detêm e distribuem os fatos, e os repórteres simplesmente os recebem (FISHMAN, 1980, p.143).

Para Dairan Paul e Rogério Christofoletti, a ética das virtudes enfatiza que os julgamentos morais são influenciados principalmente pelo caráter do indivíduo, e não apenas pela adesão a princípios morais (PAUL; CHRISTOFOLETTI, 2019, p.114).

Ressaltam que essa abordagem destaca que o agente moral adquire conhecimento moral e experiência por meio de ações virtuosas contínuas, o que lhe permite tomar decisões mais complexas considerando várias variáveis em uma perspectiva relacional. As virtudes são internalizadas por meio da prática consciente do agente e pela influência de modelos virtuosos, como familiares, amigos e pares (PAUL; CHRISTOFOLETTI, 2019, p.114).

Nessa linha, arrematam que, no Jornalismo, o estímulo para a *phronesis* ou sabedoria prática, nos processos de tomada de decisão é abordado em três contextos. O primeiro é a promoção de discussões abertas sobre ética nas redações, o que inclui a transparência nos processos de apuração e o compartilhamento de experiências. O segundo diz respeito à educação formal oferecida pelas universidades (PAUL; CHRISTOFOLETTI, 2019, p.115).

Por fim, a transparência trazer clareza sobre a identificação dos conflitos de interesse, as fontes e os métodos de obtenção de informações que subsidiaram a cobertura.

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC), empresa pública da União, que presta serviços de radiodifusão pública e faz a gestão pública das emissoras de rádio e televisão públicas federais, editava manuais de diretrizes jornalísticas para as eleições até o pleito de 2014, deixando de publicar para as eleições posteriores.

Mariana Martins de Carvalho, Francisco Verri e Gisele Pimenta de Oliveira fazem a seguinte crítica:

frisa-se que a cobertura das eleições de 2018 prescindiu de um manual próprio e atualizado para orientar os trabalhadores da EBC e as emissoras públicas parceiras. O referido processo eleitoral também foi o primeiro, em âmbito nacional, em que a EBC não contou com o Conselho Curador em sua estrutura organizacional. Portanto, considera-se que essa ausência de diretrizes é reflexo das mudanças ocorridas na Empresa desde 2016 e impactou tanto a orientação da cobertura jornalística quanto a relação entre Empresa e audiência, pois o cidadão deixou de ter acesso a um documento público, um dos mecanismos de *accountability* social esperados de uma empresa pública. A inexistência do manual e a não submissão de linhas editoriais à análise/aprovação de um órgão que represente a sociedade ainda atropelam diretrizes de participação social, fundamentais aos princípios da comunicação pública (CARVALHO; VERRI e OLIVEIRA; 2021, p.66).

O segundo elemento é o equilíbrio na cobertura das campanhas eleitorais, proporcionando um espaço adequado e sem preferência a todas as candidatas e todos os candidatos, bem como partidos, federações e coligações.

É necessário observar que não existe a imparcialidade absoluta, uma vez que é intrínseco e natural que os seres humanos, biologicamente, têm as suas próprias perspectivas e pontos de vista.

Os jornalistas durante a cobertura eleitoral também auxiliam as eleitoras e os eleitores a entender o processo eleitoral, as regras, os procedimentos e a importância do seu envolvimento cívico como o alistamento eleitoral, a importância

do comparecimento às urnas e o incentivo à sadia participação em debates e discussões política.

5.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A cobertura das eleições por parte dos jornalistas é uma peça fundamental para o funcionamento da democracia. A responsabilidade de fornecer informações e análises objetivas é essencial para permitir que os eleitores formem suas próprias opiniões de maneira informada.

A busca pela precisão, exatidão e objetividade é fundamental para garantir a confiança do público na mídia e no processo democrático como um todo. A checagem rigorosa dos fatos e informações antes de sua divulgação é uma salvaguarda importante contra a disseminação de notícias falsas que poderiam comprometer a integridade das eleições.

A ética, a moral e a transparência devem guiar o trabalho dos jornalistas, assegurando que conflitos de interesse sejam revelados e que a integridade da profissão seja preservada. Além disso, é primordial que a cobertura seja equilibrada e imparcial, garantindo que todas as candidatas, candidatos, partidos e federações tenham espaço justo e igualitário para expressar suas propostas e ideias.

Por fim, os jornalistas desempenham um papel essencial na conscientização do eleitorado, ajudando as pessoas a compreenderem o processo eleitoral e a importância de sua participação cívica. Por meio da disseminação de informações claras e precisas, os jornalistas capacitam os eleitores a tomarem decisões informadas e responsáveis nas urnas, fortalecendo, assim, a democracia como um todo.

6 OS DESAFIOS DA COBERTURA JORNALÍSTICA DIANTE DA OPINIÃO PÚBLICA

O segundo debaterá como a formação da opinião pública na cobertura jornalística poderá influenciar a percepção do comportamento dos candidatos pelos eleitores.

A relação entre o jornalismo eleitoral e a formação da opinião pública exerce um impacto significativo nas preferências dos eleitores, tornando a cobertura das eleições um elemento essencial na construção do debate político.

Nesse contexto, a agenda política muitas vezes molda a abordagem jornalística, direcionando os temas de interesse do eleitorado e influenciando o cenário público de discussões.⁹

As complexidades enfrentadas pelos jornalistas ao lidar com essas questões, bem como o papel crucial que desempenham na moldagem do panorama eleitoral e, no fornecimento de informações, afetam diretamente a decisão dos eleitores.

6.1 OS DESAFIOS DA COBERTURA JORNALÍSTICA DAS ELEIÇÕES

Os jornalistas que atuam na cobertura das campanhas eleitorais enfrentam várias dificuldades para levar a melhor informação às eleitoras e aos eleitores que consomem suas publicações.

A primeira dificuldade é a disseminação de desinformação e de notícias falsas (*fake news*) que concorrem com o jornalismo profissional. Por isso, é imprescindível a checagem das informações que possam influenciar a opinião pública e trazer o risco de alterar o resultado das eleições de forma contramajoritária.

Claudia Mast explica que

⁹ Note-se que esta afirmação se amolda na teoria do agendamento como “um processo de influência da mídia sobre a mente do público que atribui maior ou menor atenção a eventos, questões ou personagens devido à ordens de apresentação e aos destaques apresentados nos noticiários”(Nicolato, 2019, p.194). Nessa esteira Roberto Nicolato explica que “os grandes meios de comunicação brasileiros vieram se posicionando, não apenas em editoriais e colunas, mas também no chamado *enquadramento noticioso*” (destaque no original) (2019, p.46).

os jornalistas podem exagerar notícias “duras” e especialmente “suaves”, interpretá-las ou destilá-las a partir de fragmentos individuais de informação”. Isso faz parte do processo de seleção jornalística - que pode ser mais ou menos adequado, mas que obedece a padrões mínimos de fatualidade e veracidade. Se se fala nas chamadas “notícias falsas”, o autor é acusado de enganar ou mesmo de manipular. *Fake News* são informações falsas que se espalham principalmente por meio de redes sociais como Facebook e Twitter. É uma reprovação muito dura para os jornalistas que não reportarem adequadamente e publicarem deliberadamente fatos falsos. Além disso, os jornalistas estão encontrando cada vez mais dificuldade em reconhecer e expor as chamadas “notícias falsas” em tempo hábil. Se suprimem notícias, são acusados de censura, se os repassam sem comentários, eles próprios contribuem para a desinformação e praticam uma espécie de propaganda. O termo de batalha, *Fake News*, é rapidamente formulado. Os políticos querem que eles sejam retirados da mídia sem saber os critérios exatos dessas medidas de censura. E os jornalistas? Sempre foi sua principal prioridade evitar informações falsas. Em última análise, eles custam sua credibilidade porque as pessoas confiam em suas notícias. (MAST, 2018 p.75, 76)¹⁰

Jefferson Aparecido Dias e Fabiano Fernando da Silva consideram que é fundamental que todos os envolvidos no processo político – jornalistas, cidadãos e cidadãos, candidatas e candidatos, partidos, federações, coligações e Justiça Eleitoral – engajem-se na abordagem dos desafios apresentados pelo uso de *bots*, cujo impacto e regulamentação ainda são incertos, especialmente no contexto eleitoral. Uma maneira de lidar com essa ameaça à democracia é por meio da aplicação de técnicas de biopolítica, reconhecendo-se que é possível utilizar mecanismos de controle para mitigar ou anular os efeitos do uso de *bots* no processo político (DIAS; SILVA, 2021, p.47). Arrematam que,

por certo, o combate às *deepfakes* e os riscos que elas trazem para a democracia somente será possível a partir da implementação de uma

¹⁰ Tradução livre do alemão por Rogério Carlos Born. No original: *Journalisten können harte und insbesondere »weiche« Nachrichten zuspitzen, interpretieren oder aus einzelnen Informationssplittern »heraus- destillieren. Das ist Teil der journalistischen Auswahlleistung - die zwar mehr oder weniger angemessen sein kann, die sich aber an die Mindest- standards Faktizität und Wahrhaftigkeit hält. Wenn von sogenannten Fake News die Rede ist, wird dem Urheber dagegen eine Täuschungs oder gar Manipulationsabsicht unterstellt. Fake News sind Fehl und Falsch informationen, die vor allem über die sozialen Netzwerke wie Facebook und Twitter verbreitet werden. Für Journalisten ist es ein sehr harter Vorwurf. nicht richtig zu berichten und bewusst falsche Fakten zu veröffentlichen. Quelle: Eigene Darstellung. Hinzu kommt auch Journalisten haben zunehmend Mühe, sogenannte Fake News rechtzeitig zu erkennen und zu entlarven. Wenn sie Nachrichten unterdrücken, ernten sie den Vorwurf der Zensur. Wenn sie unkommentiert weiterleiten, tragen sie selbst zur Desinformation bei und üben eine Art Propaganda aus. Der Kampfbegriff Fake News ist schnell formuliert. Politiker wollen sie aus den Medien entfernen lassen, ohne die exakten Kriterien für diese Zensurmaßnahmen zu kennen. Und die Journalisten? Für sie ist es seit jeher oberste Pflicht, Falschmeldungen zu vermeiden. Sie kosten letztlich ihre Glaubwürdigkeit, weil die Menschen ihren Nachrichten vertrauen. Allerdings - das Vertrauen bröckelt.*

pluralidade de medidas, tais como: inovações legislativas, adoção de medidas voluntárias por parte dos agentes políticos no âmbito da educação e, ainda, o desenvolvimento de novas tecnologias anti-deepfakes. Apenas por meio da conjugação dessas medidas será possível buscar atingir aqueles objetivos (DIAS; SILVA, 2021, p.48)

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) organizaram um Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo - jornalismo, *fake news* & desinformação.

Essa publicação recomenda que o jornalista, na checagem, autoaplique seis perguntas críticas para adicionar aos métodos técnicos de verificação de informações:

1. Poderia haver intenção maliciosa por trás deste compartilhamento ou tag?
2. O que a pessoa postando o conteúdo tem a ganhar compartilhando?
3. Quais poderiam ser as consequências para mim/minha credibilidade profissional, uma instituição de mídia de notícias ou um empregador, se eu compartilhasse isso?
4. Trabalhei duro o suficiente para verificar a identidade/afiliações/confiabilidade/ motivações desse indivíduo (por exemplo, eles estão tentando semear a desinformação ou lucrar com a venda de conteúdo adquirido ilegalmente sem justificativa de interesse público)?
5. Isso é humano ou *bot*?
6. Se você receber uma montanha de dados de um suposto denunciante, você deve verificar o conteúdo independentemente antes de publicar o conjunto de dados na íntegra? É possível que o conteúdo esteja recheado de desinformação e informação incorreta para deliberadamente enganar ou fazer desacreditar? (POSSETTI, 2019, p.122)

A segunda dificuldade, que se acentuou nas eleições presidenciais de 2018 e 2022 e sempre esteve presente nos pleitos de pequenos municípios, é a polarização e as divisões políticas. O jornalismo, num ambiente com discurso de ódio e intolerância política onde o fanatismo impera onde impera o fanatismo e o fundamentalismo político, os jornalistas encontram resistências para fornecer uma cobertura, apesar de imparcial, que seja aceita por todas as partes, em razão da desconfiança e a colocação em xeque da credibilidade dos jornalistas pelos políticos.

Para Verónica Fumanal, “lidar com um mercado de informação fragmentado e polarizado é complexo. No entanto, manter uma boa relação com os meios de comunicação tradicionais segue sendo uma estratégia vital se quisermos que eles ecoem a mensagem que queremos transmitir” (FUMANAL, 2022, p. 63).

Renato Martins, Rosane de Oliveira e Taline Opptiz Home trazem alguns conselhos para a cobertura das eleições em tempos de polarização. Para os autores, a responsabilidade e a necessidade de evitar erros que possam causar confusão e consequências negativas para candidatos, veículos de mídia e jornalistas durante a cobertura eleitoral. Sugere uma busca constante por informações, consumindo conteúdo variado sobre o processo eleitoral, compreendendo a legislação e estabelecendo contato com fontes confiáveis (MARTINS; OLIVEIRA; HOME, 2022).

Nas palavras de Renato Martins, "ler, ouvir, assistir à concorrência, consumir a maior quantidade de conteúdo sobre o processo eleitoral, aprender os nomes e decorar os rostos dos candidatos, conversar com as fontes, entender a legislação eleitoral" (MARTINS; OLIVEIRA; HOME, 2022).

Rosane de Oliveira destaca a importância da serenidade e independência para evitar se apaixonar por candidatos ou partidos, garantindo a imparcialidade. Ressalta que, como jornalistas políticos, devem votar de acordo com a consciência, mas sem se transformarem em militantes (MARTINS; OLIVEIRA; HOME, 2022).

Por fim, Taline Opptiz Home aconselha a ter conhecimento histórico e contexto político, enfatizando a importância de manter contato constante com lideranças e fontes para obter informações dos bastidores e oferecer uma cobertura completa e não apenas a narrativa oficial dos políticos (MARTINS; OLIVEIRA; HOME, 2022). Acrescenta que "para tu garantires uma boa cobertura com informação de bastidores e não apenas com a narrativa oficial que partidos, candidatos e políticos querem passar, é muito importante ter o histórico da política, o contexto" (MARTINS; OLIVEIRA; HOME, 2022).

A terceira dificuldade é a limitação do acesso à informação em razão de restrições impostas por candidatos, partidos, federações, coligações ou governos, dificultando a investigação de fatos políticos e a divulgação de informações precisas.

A quarta dificuldade são as pressões políticas e empresariais, em razão da busca ou da perda de audiência do veículo de comunicação a que pertence, a influência de interesses corporativos, e o enfrentamento de ameaças e de intimidações.

Fernando Antônio Azevedo considera que a relevância dos meios eletrônicos na comunicação e as mudanças na comunicação política demandavam novas abordagens de pesquisa e a obtenção de dados adicionais para analisar os efeitos da mídia na audiência e nos eleitores. Para o autor, as investigações anteriores se concentravam em questionar se a mídia tinha o poder de influenciar o pensamento e comportamento individuais. No entanto, considera que os criadores da teoria da Agenda-Setting foram inspirados por uma citação conhecida do livro "*The press and foreign policy*", de Bernard Cohen (1963, p.120-121), onde ele afirma que embora a imprensa não instrua os eleitores sobre como pensar, ela tem uma grande capacidade de sugerir sobre o que pensar (AZEVEDO, 2004, p.44).

A quinta é o advento das mídias sociais e a mudança nos hábitos de consumo de notícias. A veloz disseminação de informações nas plataformas digitais exige que os jornalistas ajam com rapidez para superar a concorrência das redes sociais. Para isso, é imprescindível que todas e todos os jornalistas tenham uma alfabetização midiática. Aqui existe um problema adicional que é a dificuldade de monetização nas plataformas, fundamental para garantir a continuidade da produção de conteúdo de qualidade.

A sexta é a pressão por notícias em tempo real e a importância da verificação dos fatos. A demanda crescente por informações instantâneas faz com que a velocidade da repercussão dificulte uma verificação completa dos fatos. É importante que os jornalistas tomem cuidado para não sacrificar a verificação dos fatos em prol de notícias rápidas, pois a credibilidade da informação é fundamental para o processo eleitoral e a confiança do público.

Rogério Christofolletti ressalta que o jornalismo é uma atividade repleta de situações extremas, momentos de grande tensão e pressão contínua. Tanto em coberturas de perigos reais quanto em situações comuns, os profissionais nas redações são desafiados a trabalhar em condições adversas: o tempo sempre é limitado para verificar as informações, algumas pessoas se recusam a fornecer dados, as versões dos eventos são contraditórias, pouco convincentes ou difíceis de obter (CHRISTOFOLLETTI, 2010).

Com frequência, os acontecimentos podem ser complexos, exigindo uma tradução clara e precisa; além disso, há a competição entre os jornalistas, a

demanda e a ansiedade do público por informações rápidas e confiáveis. Arremata que “os casos mais trágicos não são os únicos onde as redes sociais exibem sua força. Na política, a internet tem se mostrado uma influente arena. Não só na expressão e manifestação de posicionamentos ou no combate do pensamento contrário, mas também no campo da informação e contrainformação” (CHRISTOFOLETTI, 2010).

Desta forma, os jornalistas que cobrem campanhas eleitorais enfrentam a disseminação de desinformação e notícias falsas, juntamente com a polarização política, desafiam a imparcialidade e a credibilidade dos jornalistas. Restrições de acesso à informação, pressões políticas e empresariais, além da concorrência das mídias sociais e a demanda por notícias em tempo real, também são obstáculos que precisam ser superados. A verificação completa dos fatos é crucial para a confiança do público e para a integridade do processo eleitoral.

6.2 O JORNALISMO ELEITORAL E A FORMAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

A cobertura das eleições envolve uma relação entre o jornalismo eleitoral e a formação da opinião pública que alcança um impacto significativo na formação das preferências dos eleitores. A cobertura jornalística frequentemente se amolda a agenda política dos veículos de comunicação, direcionando os debates públicos para determinados temas de interesse do eleitorado.

Nessa linha, a forma como os eventos são relatados, destacados e as palavras escolhidas pelos jornalistas podem influenciar a maneira de como as eleitoras e os eleitores percebem o comportamento das candidatas e dos candidatos e seus discursos.

Patrick Charaudeau reconhece que muitas pessoas acreditam que os cidadãos devem expressar suas opiniões, seja com base em suas inclinações ideológicas ou em suas preferências partidárias. No entanto, categorizar os cidadãos apenas por ideologia não explica completamente o fenômeno, pois muitos não têm consciência clara de sua própria ideologia política. Além disso, as opiniões podem ser influenciadas por interesses imediatos, valores relacionados à segurança e estratégias que escapam das pesquisas de opinião. Algumas pessoas

também podem votar em candidatos devido ao seu carisma (CHARAUDEAU, 2016. p.50).

Nesta linha, a cobertura jornalística assume o risco de destacar certas questões e negligenciar outras o que atinge a maneira como as cidadãs e os cidadãos avaliam as candidatas e os candidatos.

Emerson Urizzi Cervi, nessa linha, considera que os processos de manutenção e mudança de opinião envolve três elementos que são: “a opinião do indivíduo que está sendo influenciado; avaliação que este indivíduo faz da fonte de influência; e percepção que ele tem da posição da fonte de influência” (CERVI, 2012, p.34).

Nesse ponto, uma crítica interessante é a de Walter Lippmann de que

a prática de apelar ao público em todo tipo de questões intrigantes significa que quase sempre um desejo de escapar da crítica dos que sabem, alistando uma grande maioria que não tem tido a chance de saber. O veredicto é feito para depender de quem tem a mais forte ou a mais arrebatadora voz, o mais hábil ou mais atrevido publicista, o melhor acesso a maior parte dos espaços nos jornais. Pois mesmo quando o editor é inescrupulosamente justo “o outro lado”, a justiça não é suficiente. Pode haver vários lados, não mencionados por nenhum dos organizados, financiados e ativos militantes (LIPPMANN, 2010, p.336).

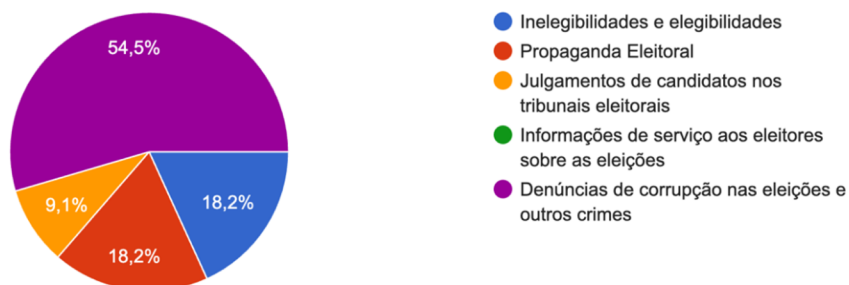
No entanto, as narrativas jornalísticas durante a cobertura podem ter uma significativa influência na percepção popular das candidatas e candidatos pelo eleitorado. Elas podem ajudar a fortalecer ou enfraquecer a imagem de um postulante a cargo eletivo conforme a repercussão positiva ou negativas de sua reputação pela narrativa.

Na pesquisa aplicada os jornalistas classificaram as pautas eleitorais com maior repercussão na cobertura das eleições (apêndice A).

Figura 1 – Repercussão na cobertura das eleições segundo os jornalistas

Qual é a matéria que produz maior repercussão nas eleições? (Em 1ª lugar)

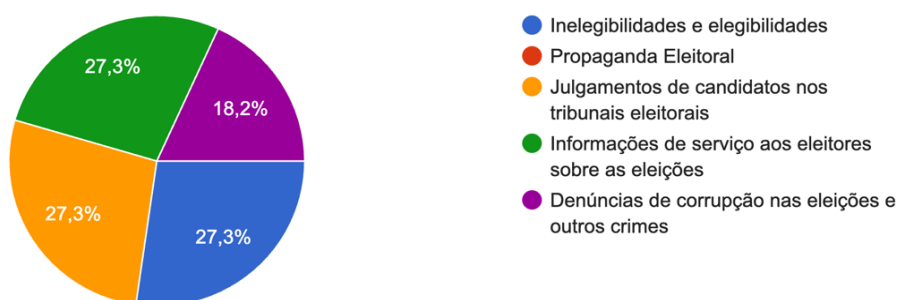
11 respostas



as

Qual é a matéria que produz maior repercussão nas eleições? (Em 2ª lugar)

11 respostas



Fonte: Pesquisa no apêndice A.

O modo como os assuntos políticos foram emoldurados na cobertura pode afetar a percepção das candidatas e dos candidatos quando se enfatiza certas questões ou problemas que testa a capacidade dos concorrentes para resolver problemas importantes. Essa percepção é obtida nas perguntas feitas durante entrevistas e na ênfase dada a certos aspectos da campanha.

Os jornalistas que atuam na cobertura das eleições, entretanto, devem tomar alguns cuidados.

O primeiro é evitar a exposição desigual das candidatas e dos candidatos e alguns receberem mais atenção da mídia do que outros e isso pode rá favorecer ou prejudicar determinados concorrentes conforme são retratados e da visibilidade que recebem.

Francisco Paulo Jamil Marques, Emerson Urizzi Cervi e Michele Goulart Massuchin ressaltam que

em uma cobertura eleitoral típica espera-se que a visibilidade dos candidatos seja de certa forma correspondente às pesquisas de intenção de voto, ou seja, os candidatos que lideram a corrida eleitoral teriam mais visibilidade no jornal e que a valência atribuída aos candidatos predomine como neutra. (MARQUES; CERVI; MASSUCHIN, 2018, p.232)

O segundo é, novamente, a rigorosa e frequente checagem dos fatos, de declarações e da veracidade das alegações feitas pelas candidatas e pelos candidatos, haja vista que qualquer informação possui o potencial de afetar a percepção popular sobre a honestidade e a confiabilidade daqueles que disputam as eleições.

Apesar destes cuidados, é importante lembrar que os destinatários da informação, em regra, têm suas próprias experiências, valores e perspectivas e, desta forma, a cobertura jornalística não é o único fator determinante na formação dessa percepção. Isso faz com que as eleitoras e os eleitores procurem informações de várias fontes com a diversificação de canais e veículos de comunicação para formar uma postura crítica e fazer sua própria análise antes da tomada uma decisão para manifestação do voto.

Para Edward Samuel Herman e Noam Chomsky, a mídia de massa se relaciona simbioticamente com as poderosas fontes de informação devido às necessidades econômicas e aos interesses em comum. Para os autores, a mídia requer um fluxo constante e confiável de matérias-primas para notícias, enfrentando demandas diárias e programações imperativas devido às limitações de recursos, a concentração que ocorre em locais onde as notícias importantes têm maior probabilidade de ocorrer, onde surgem rumores e boatos relevantes e onde as coletivas de imprensa são realizadas com frequência (HERMAN; CHOMSKY, 2003, p.77).

Em suma, a cobertura jornalística das eleições exerce influência na formação das preferências dos eleitores e na opinião pública, uma vez que os cidadãos confiam nos meios de comunicação para obter informações sobre os candidatos e temas políticos. No entanto, os jornalistas devem ter cuidado para evitar exposição desigual dos candidatos e verificar os fatos com rigor, pois a maneira como os eventos são relatados e destacados pode moldar a percepção do

comportamento dos candidatos. É crucial que os eleitores busquem informações de diferentes fontes e façam análises independentes, levando em conta suas próprias experiências e perspectivas, para tomar decisões informadas durante o processo eleitoral.

6.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A cobertura jornalística das eleições enfrenta desafios como desinformação, polarização política, restrições de acesso à informação e pressões políticas e empresariais.

Os jornalistas que atuam na cobertura das eleições têm a responsabilidade de evitar exposição desigual dos candidatos e verificar os fatos com rigor, pois a sua narrativa pode influenciar a percepção dos eleitores.

O maior desafio dos jornalistas que cobrem campanhas eleitorais enfrenta principalmente após as eleições presidenciais de 2018 e 2022, é a disseminação de desinformação e de notícias falsas (*fake news*), juntamente com a polarização política, bem como o credibilidade dos jornalistas que é colocada em xeque por alguns políticos. Isso exige um elevado empenho na verificação completa dos fatos para a confiança do público e a integridade do processo eleitoral.

Esse contexto também envolve a superação de obstáculos como as restrições de acesso à informação, as pressões políticas e empresariais, a concorrência das mídias sociais e a demanda por notícias em tempo real.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo eleitoral se diferencia do jornalismo político por sua ênfase na cobertura das campanhas eleitorais, investigando as propostas, comportamentos dos candidatos, além das estratégias de conquista dos votos. Os jornalistas eleitorais interagem com fontes de informação eleitoral, como candidatas, candidatos, partidos, federações, coligações e os próprios veículos de comunicação, buscando fornecer informações imparciais e análises precisas.

7.1 A HIPÓTESE

A responsabilidade na cobertura eleitoral exige que os jornalistas cumpram encargos fundamentais, como buscar a objetividade, equilibrar a cobertura das campanhas e verificar rigorosamente os fatos.

Por conseguinte, a hipótese levantada nessa pesquisa foi confirmada com a identificação e apresentação dos desafios que os jornalistas na cobertura das eleições relativos ao acesso às informações eleitorais, o aperfeiçoamento do relacionamento com as fontes, as formas de combate à desinformação, as novas tecnologias e a checagem rigorosa dos fatos.

Neste ponto, a prevenção e a precaução da informação falsa exigem do Jornalismo, um aperfeiçoamento constante pela dominação das novas tecnologias para acesso, a produção e, principalmente, a checagem dos fatos.

A cobertura jornalística exerce influência na formação da opinião pública, mas os eleitores devem buscar informações de diferentes fontes e realizar análises independentes. O futuro do jornalismo na cobertura das eleições requer adaptação às transformações digitais, colaboração entre veículos de comunicação, engajamento cívico e construção da confiança na mídia. O jornalismo eleitoral desempenha um papel crucial na democracia, promovendo um ambiente informado e participativo.

O jornalismo desempenha um papel decisivo na cobertura das eleições, desempenhando um papel fundamental na promoção da democracia e garantindo a transparência do processo eleitoral e isso exige que dos jornalistas a

responsabilidade de fornecer informações precisas, imparciais e contextualizadas às eleitoras e aos eleitores.

Uma cobertura eleitoral de qualidade é essencial para fortalecer a democracia, pois os cidadãos precisam de informações confiáveis sobre os candidatos, suas propostas, seu histórico e suas posições políticas. Os jornalistas desempenham o papel de investigadores, verificadores de fatos e analistas, fornecendo aos eleitores uma visão abrangente e equilibrada das opções disponíveis.

Além disso, os jornalistas têm a responsabilidade de monitorar o processo eleitoral, denunciar práticas antiéticas, manipulação ou fraudes, e promover a transparência em todas as fases do processo. Eles podem desempenhar um papel ativo na fiscalização do financiamento de campanhas, na análise dos discursos e promessas dos candidatos, e na verificação dos fatos apresentados durante a campanha.

Os jornalistas também têm o poder de influenciar a narrativa e o discurso público durante as eleições. Eles devem estar cientes da importância de fornecer uma cobertura equilibrada, evitar viés partidário e buscar a diversidade de perspectivas. A valorização de uma cobertura eleitoral imparcial e responsável é essencial para manter a confiança do público no jornalismo e para preservar a integridade do processo democrático.

A importância do jornalismo na cobertura das eleições está em sua capacidade de fornecer informações confiáveis, promover a transparência e fiscalizar o processo eleitoral. Os jornalistas desempenham um papel crucial na valorização de uma cobertura eleitoral de qualidade, contribuindo para uma sociedade informada e fortalecendo os princípios democráticos.

7.2 OS DESAFIOS

O objetivo geral proposto nesta pesquisa agora é cumprido com os desafios enfrentados pelo Jornalismo durante a cobertura das eleições que serão elencados.

O resultado foi alcançado seguindo os objetivos específicos que envolveram a apresentação de conceitos e definições de Jornalismo eleitoral, o relacionamento

com as fontes; a responsabilidade pela cobertura, os desafios e a formação da opinião pública.

Os resultados apresentados decorrem principalmente da aplicação de pesquisas com o ponto de vista dos jornalistas que atuam na cobertura das eleições e no contraponto dos assessores de comunicação social dos tribunais eleitorais, associados a pesquisa bibliográfica referenciada.

Os desafios que agora serão apresentados contêm implicitamente as teorias, conceitos e princípios do Jornalismo que foram associados aos desafios da cobertura das eleições, cujas fontes foram exploradas ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa.

Dessa forma, os conhecimentos extraídos das pesquisas empíricas e da doutrina que subsidiam este trabalho, trouxeram o amadurecimento para o reconhecimento de sete desafios que estão presentes na cobertura das eleições com forma de prevenir os riscos significativos para a democracia e para o processo eleitoral. Os desafios são:

- O primeiro desafio é a transformação digital do jornalismo eleitoral por meio do incremento das plataformas *online*, das redes sociais, dos aplicativos de mensagens para a disseminação de notícias contendo informações e que combatam as desinformações políticas. Os jornalistas eleitorais precisam se adaptar a essas mudanças, explorando e desenvolvendo a criatividade com novas narrativas, formas de contar histórias, interagir com o público e fornecer análises às eleitoras e aos eleitores.
- O segundo desafio será a personalização e a segmentação decorrente do avanço da tecnologia nas quais o eleitorado têm o acesso as fontes de informação e podem personalizar sua experiência de consumo de notícias.
- O terceiro desafio será a colaboração entre os veículos de comunicação permitindo a troca de recursos, a verificação de fatos em conjunto e a investigação colaborativa. A inovação deve chegar com a incorporação de novas tecnologias, como a inteligência artificial e análise de dados para fornecer insights valiosos e melhorar a qualidade da cobertura eleitoral.

- O quarto desafio é o engajamento para o incentivo pelo jornalismo à participação cívica do eleitorado fornecendo informações acessíveis e relevantes, promovendo o debate construtivo e ampliando as vozes pouco representadas na cobertura eleitoral.
- O quinto desafio é o acirramento da fiscalização e vigilância jornalística do poder, dos governantes e das instituições públicas, denunciando, investigando e relatando questões de interesse público, expondo abusos de poder e promovendo a transparência.
- O sexto desafio é a promoção do debate público saudável apresentando diferentes perspectivas, análises e contextualizações dos problemas. O jornalismo deve proporcionar o espaço e as informações necessárias para que os cidadãos expressem suas opiniões, debatam as ideias e ideologias e se envolvam ativamente na vida política.
- O sétimo desafio é a promoção da confiança na mídia proporcionando um jornalismo de qualidade e aderente a padrões éticos, à transparência. Neste desafio se amolda também o papel de guardião da verdade e de verificador de fatos num ambiente repleto de informações falsas e de desinformação.

Em síntese, a cobertura das eleições no futuro próximo enfrentará desafios significativos que impactam a democracia e o processo eleitoral. Transformações digitais, personalização da informação, colaboração entre veículos de comunicação, engajamento cívico, fiscalização do poder, promoção do debate público saudável e construção da confiança na mídia são aspectos cruciais que os jornalistas precisarão enfrentar. É essencial que o jornalismo eleitoral se adapte a essas mudanças, adotando inovações, utilizando novas tecnologias e mantendo padrões éticos elevados para garantir uma cobertura de qualidade, verificação de fatos precisa e promover um ambiente informado e participativo.

7.3 A CONTINUIDADE

Ao longo desta pesquisa, foram explorados os desafios que enfrenta o jornalismo eleitoral, mas é importante ressaltar que a jornada não se encerra, aqui,

sendo apenas o começo de um diálogo contínuo e uma busca incessante por soluções para enfrentar as complexidades que envolvem a cobertura das eleições.

As mudanças sociais, tecnológicas e políticas que caracterizam a era digital exigem uma resposta ágil e responsável dos profissionais da mídia e, por isso, é essencial que o jornalismo eleitoral abrace essas mudanças e desafios, adaptando-se de forma proativa e criativa.

Que esta pesquisa sirva como ferramenta para discussões contínuas e ações concretas, impulsionando o jornalismo eleitoral rumo a um futuro mais promissor para todos para os jornalistas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA (ABI). Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, de 17 de dezembro de 2009. 1ª Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), Brasília, Distrito Federal, 17 dez. 2009. Disponível em <<http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>>.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Agendamento da Política. *In*: RUBIM, Antonio Albino Canelas (organizador). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**, p. 41-72, São Paulo: Unesp, 2004.

BARRETO, Emanuel. Jornalismo e política: a construção do poder. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, n.1, v.III, p.11-22, primeiro semestre de 2006.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Meios de comunicação, voto e conflito político no Brasil. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 28, ed.81, fev. 2013. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/vV863Yf5LzSWFDTwLvfcYwD/?lang=pt>>. Acesso em 17 jul. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, Distrito Federal, 5 out. 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

_____. Lei 4.737, de 15 de julho de 1965. Institui o Código Eleitoral. **Diário Oficial da União, Brasília**, Distrito Federal, 19 jul. 1965. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4737compilado.htm>.

_____. Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, Distrito Federal, 1º out. 1997. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504compilado.htm>.

CARVALHO, Mariana Martins de; VERRI, Francisco; OLIVEIRA, Gisele Pimenta de Oliveira. Jornalismo público em tempos de crise: cobertura das eleições presidenciais de 2018 pela Agência Brasil (ABr/EBC). **Confluências**, Niterói, RJ, n.3, v. 22, dez. 2020/mar. 2021, p. 53-82

CASTILHO, Carlos. Jornalismo eleitoral: mais do que só notícias. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, SP, n. 1.175, 15 fev. 2022, p. 208-223. Disponível em: <<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/eleicoes-2022/jornalismo-eleitoral-mais-do-que-so-noticias/>>. Acesso em: 30 jun. 2023.

CERVI, Emerson Urizzi. **Opinião Pública e Comportamento Político**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

CHAGAS, Luã José Vaz; CRUZ, Marcio Camilo. Jornalismo declaratório na cobertura eleitoral e a dependência das fontes oficiais. **Sur le journalisme - About journalism - Sobre jornalismo**, n.2, v.11, p.108-123, dez. 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas**. Tradução de Angela Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.

COHEN, Bernard. **The press and foreign policy**. Princeton: Princeton University Press, 1963.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução 307, de 17 de dezembro de 2019. Estabelece os parâmetros para o uso das redes sociais pelos membros do Poder Judiciário. **Diário da Justiça eletrônico**, Brasília, Distrito Federal, 18 dez. 2019. Disponível em < <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3124>>. Acesso em 20 jul. 2023.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Ética jornalística, novas mídias e eleições no Brasil. **Politics**. Rio de Janeiro, RJ, dez. 2010. Disponível em: <https://politics.org.br/edicoes/%C3%A9tica-jornal%C3%ADstica-novas-m%C3%ADdias-e-elei%C3%A7%C3%B5es-no-brasil>. Acesso em: 5 jul. 2023.

DIAS, Jefferson Aparecido; SILVA, Fabiano Fernando da. Bots, *fake news*, *fake faces*, *deepfakes* e sua eventual influência no processo eleitoral democrático. **Revista da Advocacia do Poder Legislativo**, Brasília, DF, v.2, jan-dez, 2021, p.27-53.

ESCÓSSIA, Fernanda Melo. Desinformação, checagem e jornalismo colaborativo - uma análise das estratégias discursivas das *fake news* nas eleições brasileiras de 2018. In: 17º **Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, novembro de 2019, Goiânia: Universidade Federal de Goiás (UFG), p.1-16.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, de 4 de agosto de 2007. **Sítio eletrônico da FENAJ**, Brasília, Distrito Federal. Disponível em <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em 6 set. 2022.

FERNANDES, Alessandra Lemos. **Jornalismo: especialização e segmentação**. Curitiba: Intersaberes: Curitiba, 2017.

FÍGARO, Roseli. Entrevista com Luís Gonzalez: propaganda eleitoral, jornalismo e construção da agenda pública. **Comunicação & Educação**, São Paulo, SP n. 19, p. 66 a 81, set.-dez. 2000.

FISCHMAN, Mark. **Manufacturing the news**. Austin: University of Texas Press, 1980.

FUMANAL, Verónica. Jornalistas e políticos, uma relação necessária. **Diálogo político**, Campanhas eleitorais, Montevideu, Uruguai, n.1, ano XXXVIII, p.62-69, 2022.

HERMAN, Edward Samuel; CHOMSKY, Noam. **A manipulação do público: Política e poder econômico no uso da mídia**. Tradução de Bazán Tecnologia e Linguística. São Paulo: Futura, 2003.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus editorial, 2014).

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Tradução de Jacques Wainberg. 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 2010.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil; CERVI, Emerson Urizzi; MASSUCHIN, Michele Goulart. A cobertura da Folha de Londrina sobre a eleição de 2012 e o escândalo político, *In*: MARQUES, Francisco Paulo Jamil; CERVI, Emerson Urizzi; MONT'ALVERNE Camila; CARVALHO, Fernanda Cavassana de (organizadores). **Estudos sobre Jornalismo Político**. Curitiba: CPOP-UFPR, 2018, p.239-258.

MAST, Claudia. **ABC des Journalismus: ein handbuch**. 13.edição. Köln: Herbert Von Halem Verlag, 2018.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo político**. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, Renato; OLIVEIRA, Rosane; HOME, Taline Opptiz Home. Responsabilidade na cobertura: para jornalistas, polarização diferencia eleição de 2022. **Coletiva.net**, Porto Alegre, RS, 1º set. 2022. Disponível em < <https://coletiva.net/noticias/responsabilidade-na-cobertura-para-jornalistas-polarizacao-diferencia-eleicao-de-2022,418362.jhtml>>. Acesso em: 4 jul. 2023.

MELO, José Marques de. Jornalismo político: democracia, cidadania e anomia. **Revista Famecos**, Porto Alegre, RS, n. 35, p.90-94, abr. 2008.

NICOLATO, Roberto. **Teorias do Jornalismo**. Curitiba: Intersaberes, 2019.

NOGARA, Jane. Papa aos jornalistas: a realidade é o grande antídoto para muitas “doenças”. **Vatican News**. Vaticano, 21 jun. 2021. Disponível em: < <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2021-11/paap-francisco-insignias-honra-ordem-pia-jornalistas-vaticano.html>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

PAUL, Dairan; CHRISTOFOLETTI, Rogério. Ética jornalística, desenvolvimento moral e *phrônesis*: aproximações teóricas. **Vozes & Diálogo**. Itajaí, n. 02, v. 18, p.101-116, jul.-dez. 2019.

PANKE, Luciana; PIMENTEL, Pedro Chapaval. Questões conceituais sobre comunicação política, eleitoral e governamental. *In*: PECCININ, Luiz Eduardo. **Tratado de Direito Eleitoral**. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018. p. 71-87.

PERUYERA, Matias Sebastião. **Usos e apropriações de tecnologias no cotidiano do jornalismo guiado por dados**. 2015. 207 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia do Programa) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

POSSETTI, Julie. Combate ao abuso online: quando jornalistas e suas fontes tornam-se alvos. *In*: IRETON, Cherilyn; POSETTI, Julie. **Jornalismo, Fake News & Desinformação: Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo**, Tradução de Sarah Rebouças Reedman, módulo 7, p.117-128, Paris: Unesco, 2019.

SEABRA, Roberto. Jornalismo político: história em processo, *In*: SEABRA, Roberto; SOUZA, Vivaldo de. **Jornalismo político: teoria, história e técnicas**. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 87-108.

SEIBT, Taís; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. Transparência como princípio normativo do jornalismo: a prática de *fact-checking* no Brasil. **Comunicação Pública**, Lisboa, Portugal, n. 27, v. 14, 2019. Disponível em <<https://journals.openedition.org/cp/4806>>. Acesso em: 4 jul. 2023.

SPONHOLZ, Liriam. Objetividade e a teoria do conhecimento. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, SP, n. 248, 28 out. 2003, Disponível em <<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/objetividade-e-a-teoria-do-conhecimento/>>. Acesso em: 03 jul. 2023.

TAMBOSI, Orlando. Informação e Conhecimento no Jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, SC, v. 2, n. 2, p. 31-38, 2008.

TESSEROLI, Ricardo Germano; PANKE, Luciana. Da comunicação política ao marketing eleitoral: reflexões sobre estratégias e ferramentas de campanha. **Tríade**, Sorocaba, p. 94-122, ago. 2021.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular Livros, 2020.

APÊNDICE A

MODELO DE QUESTIONÁRIO

Pesquisa para trabalho científico de jornalismo – Jornalistas

Atuação dos jornalistas durante as campanhas eleitorais
Não precisa responder todas as perguntas.

Nome do jornalista - preenchimento facultativo - mesmo que preenchido não será divulgado sem autorização

Whats App?

Qual é a sua área de atuação (jornal impresso, internet, rádio, televisão, assessoria de comunicação ou de imprensa *etc*)?

Quais as eleições em que o acesso a informações é mais difícil?

- ☐ Presidencial
- ☐ Governador, vice-governador, deputados e senadores
- ☐ Prefeito, vice-prefeito e vereadores

Quais as dificuldades e/ou constrangimentos que vocês encontram na cobertura das eleições em relação a obtenção de informações com as candidatas ou com os candidatos?

Quais as dificuldades e/os constrangimentos que vocês encontram na cobertura das eleições em relação a obtenção de informações com os partidos, as coligações ou as federações partidárias?

Quais as dificuldades que vocês encontram na cobertura das eleições em relação a liberdade de divulgação de informações diante das empresas de comunicação pela qual trabalha ou trabalhou? (a informação permanecerá anônima)

Quais são os órgãos públicos ou Poder em que o acesso à informação de interesse eleitoral é mais difícil para os jornalistas?

Quais as dificuldades que vocês encontram na cobertura das eleições em relação ao acesso de informação junto à Justiça Eleitoral?

Qual é a matéria que produz maior repercussão nas eleições? (Em 1º lugar)

- ☐ Inelegibilidades e elegibilidades
- ☐ Propaganda Eleitoral
- ☐ Julgamentos de candidatos nos tribunais eleitorais

- ☐ Informações de serviço aos eleitores sobre as eleições
- ☐ Denúncias de corrupção nas eleições e outros crimes

Qual é a matéria que produz maior repercussão nas eleições? (Em 2º lugar)

- ☐ Inelegibilidades e elegibilidades
- ☐ Propaganda Eleitoral
- ☐ Julgamentos de candidatos nos tribunais eleitorais
- ☐ Informações de serviço aos eleitores sobre as eleições
- ☐ Denúncias de corrupção nas eleições e outros crimes

Vocês já receberam algum tipo de retaliação pela divulgação de informações eleitorais? Se sim, quais?

Você tem alguma dificuldade ou receio de divulgar uma informação em razão de interpretação da legislação eleitoral? Se sim, qual?

Você ou a empresa jornalística para qual trabalha já sofreu alguma sanção pela dificuldade de interpretação da legislação eleitoral durante a cobertura das eleições? Se sim, por gentileza, descreva o fato.

Você acredita que a legislação eleitoral conflita total o parcialmente com a liberdade de informação, expressão ou opinião amparada pela Constituição? Se sim, de que forma?

Numa eventual edição da lei eleitoral, o que você sugere que poderia ser modificado para o livre exercício do jornalismo?

Este espaço é livre para o acréscimo de informações que considerar relevante.

APÊNDICE B

MODELO DE QUESTIONÁRIO

Pesquisa para trabalho científico de jornalismo – Assessores de Comunicação Social da Justiça Eleitoral

Qual é o seu nome/cargo e tribunal? (não será divulgado na tabulação)

Qual o seu telefone/whats? (não será divulgado na tabulação)

Vocês já enfrentaram alguma situação em que a informação prestada pelo tribunal foi publicada com erro de interpretação pelo jornalista? Se sim, como foi gerenciada esta crise?

Você já enfrentou alguma situação em que a informação prestada pelo tribunal foi publicada com uma interpretação tendenciosa/dolosa pelo jornalista/veículo de comunicação? Se sim, como foi gerenciada esta crise?

Quando há erros de informação ou de interpretação pelo veículo de comunicação acerca das materiais fornecidos pelo tribunal, o veículo de notícia oportuniza a manifestação da sua assessoria (resposta/errata)? Se possível, exemplifique com situações em que houve ou não houve esta oportunidade.

Na prática, os jornalistas que atuam junto a sua assessoria demonstram preocupação ou medo com a aplicação da lei eleitoral? Em outras palavras, é comum que jornalistas entrem em contato com a assessoria de comunicação para consultar se sua matéria (antes ou depois da publicação) infringiria a lei eleitoral?

Os jornalistas costumam replicar na íntegra as matérias publicadas pela sua assessoria de comunicação?

Como a sua assessoria de comunicação divulga as decisões judiciais de maior impacto do seu tribunal?

Como a sua assessoria de comunicação responde às consultas de jornalistas que envolvam segredo de justiça ou outra forma de sigilo legal?

Qual é precedência para concessão de entrevistas nos cartórios e na secretaria do Tribunal, isto é, quais as autoridades que concedem ou delegam as entrevistas no seu Tribunal?

Sugestões: você poderá utilizar este espaço para destacar algum fato que julgue relevante para ilustrar a pesquisa.